

**FOMENTO, DIFUSÃO
E REPRESENTAÇÃO
DAS CULTURAS
POPULARES**



Secretaria da
Identidade e da
Diversidade Cultural

Ministério
da Cultura



Governo
Federal



Publicação da Oficina Fomento, Difusão e Representação das Culturas Populares

Realização

Ministério da Cultura

Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural/ MinC

Equipe de edição

Projeto editorial **Instituto Pólis**

Coordenação geral **Hamilton Faria e Ricardo Lima**

Coordenação editorial e edição **Gabriela Lotta e Hamilton Faria**

Projeto gráfico **Cássia Buitoni**

Ilustrações e capa **Marcelo Bicalho**

Revisão **Isa Spanghero Stoeber**

Equipe de apoio **Altair Moreira, Benedita Aparecida Alegre de Oliveira,
Fernanda Versolato, Gisele Balestra, Othon Silveira Jr, Patrícia Gaturamo,
Ruth Simão Paulino e Tania Masselli**

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
Centro de Documentação e Informação

FARIA, Hamilton, Coord.; LIMA, Ricardo, Coord.

Fomento, difusão e representação das culturas populares./Coordenação de Hamilton Faria e Ricardo Lima – São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2006. 88p.

Anais da Oficina de Consulta para Políticas de Fomento, Difusão e Representação das Culturas Populares; Rio de Janeiro, 27-29 de março de 2006.

ISBN

1. Cultura. 2. Diversidade Cultural. 3. Cultura Popular. 4. Políticas Públicas. 5. Política Cultural. 6. Fomento Cultural. 7. Difusão Cultural. 8. Representação Cultural. I. Título. II. Instituto Pólis. III. Ministério da Cultura. IV. Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural.

Fonte: Vocabulário CDI

publicação impressa em papel 100% reciclado



**FOMENTO, DIFUSÃO
E REPRESENTAÇÃO
DAS CULTURAS
POPULARES**

**OFICINA DE ESCUTA
RIO DE JANEIRO
27 A 29 DE MARÇO
DE 2006**

ÍNDICE



- 7 Oficina de Consulta para Políticas de Fomento, Difusão e Representação das Culturas Populares *Sérgio Mamberti*
- 9 Apresentação
- 11 **FALAS INSPIRADORAS**
- 12 Por que e como apoiar as culturas populares *José Jorge de Carvalho*
- 29 Políticas públicas para as culturas populares: difusão, representação e fomento *Carlos Sandroni*
- 41 **DEBATE REALIZADO APÓS AS FALAS INSPIRADORAS**
- 66 Lista dos participantes
- 69 **PROPOSTAS FORMULADAS E APROVADAS EM PLENÁRIA**
- 70 **FOMENTO**
- 70 1. Como incentivar a união, os estados e os municípios a terem um papel ativo no fomento das culturas populares?
- 72 2. Como ampliar e facilitar o acesso dos grupos de culturas populares aos recursos públicos?
- 73 3. Como tratar a geração de renda nas culturas populares?
- 75 **REPRESENTAÇÃO**
- 75 1. Que tipo de organização institucional as culturas populares devem ter nas três esferas de governo? Como garantir a legitimidade de representação nestas instâncias?



- 76 2. Como facilitar a articulação e organização de grupos, movimentos e manifestações das culturas populares?
- 77 3. Como dialogar com as religiões, visando ao respeito à cultura popular?
- 77 4. Como podemos nos articular para que o próximo censo a ser realizado pelo IBGE possa recolher dados que ajudem a mapear e conhecer melhor o campo das culturas populares, seus diversos agentes e relações ?

78 **DIFUSÃO**

- 78 1. Como difundir as expressões das culturas populares através de mecanismos de comunicação próprios, meios de comunicação de massa e outras mídias? Como garantir que os meios de comunicação públicos dêem espaço para as culturas populares?
- 80 2. Como inserir as culturas populares nas escolas municipais, estaduais e universidades? Como inserir as escolas públicas e a universidade nas culturas populares?
- 82 3. Como ampliar os espaços de difusão (apresentações, exposições, oficinas...) junto aos órgãos públicos ou centros culturais da iniciativa privada?
- 82 4. Como garantir os direitos de propriedade intelectual coletiva?

84 **ANEXO: Carta das Culturas Populares**

87 Créditos da Oficina



Oficina de Consulta para Políticas de Fomento, Difusão e Representação das Culturas Populares

O papel transformador da cultura reflete-se no tipo de contribuição que a administração pública pode ter a partir da demanda social e de um amplo debate por todo o país, que leve em conta os diversos contextos da sociedade. No momento em que o Brasil e o mundo passam por transformações profundas, quando, “repentinamente”, somos surpreendidos por notícias de tragédias de estrutura física, social e moral, é oportuno que se reflita sobre nossa vida, nossos hábitos, nossos valores, e, principalmente, sobre as bases em que foram construídas nossas verdades e nossa política cultural.

A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural realizou, em 2005, o *I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*: por meio de um processo participativo, 15 estados elaboraram as diretrizes e ações para a criação de políticas públicas, com a publicação do livro do *Seminário*, que serviu de base para diversas ações pelo Brasil, tais como a criação de fóruns estaduais, encontros regionais, seminários e leis.

A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, dando início à programação de 2006, realizou a *Oficina de Consulta para Políticas de Fomento, Difusão e Representação das Culturas Populares*, em parceria com o SESC e com a metodologia do Instituto Pólis. Reunindo um grupo de 44 articuladores de todo o Brasil, vinculados às culturas populares em diferentes instâncias, teve como objetivo identificar possíveis parceiros e preparar o *II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares* e o *I Encontro Latino-Americano das Culturas Populares*. Durante três dias, incentivou-se uma importante troca de conhecimentos, com o objetivo de identificar formas de solução, respostas e propostas relacionadas a Fomento, Representação e Difusão para as Culturas Populares.

O Ministério da Cultura, a partir dos debates e sugestões, sintetiza o documento ora apresentado. Tal documento contribui também para a realização do *I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares*, que pretende

gestar políticas públicas de cultura para a América do Sul, formulando uma política de intercâmbio com fomento regional e ressaltando a necessidade de capacitação para administrar-se o recurso público destinado aos gestores de cultura popular. Nesse sentido, já foram iniciados contatos e estabelecidas parcerias. Com o *Encontro*, deverão estar próximos, somando seus conhecimentos, os representantes de vários cantos de nosso país e do exterior, que trabalham pelo fortalecimento, proteção e divulgação das culturas populares.

Todas essas iniciativas, resultado de um esforço exemplar conjunto, deverão servir como incentivo para difundir a discussão, dando oportunidade a todos: tanto ao Brasil, para se conhecer, como aos nossos países vizinhos, para se familiarizarem com a realidade brasileira. Assim, estaremos todos contribuindo para enriquecer a política cultural do Ministério da Cultura na implementação de programas capazes de garantir o acesso aos bens e serviços culturais propostos, refletindo as transformações sociais do momento e contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento humano e para a prática de uma cultura de paz.

Sergio Mamberti



APRESENTAÇÃO

Esta publicação é fruto do encontro realizado entre 27 e 29 de março de 2006, no SESC Copacabana, Rio de Janeiro. Durante três dias, um grupo de pessoas ligadas às culturas populares debateu questões elaboradas pelo Ministério da Cultura e pelo próprio grupo, envolvendo os seguintes temas: fomento, difusão e representação.

A oficina teve um caráter de escuta. Os textos apresentados são compilações das idéias e da sistematização da metodologia desenvolvida para o encontro. Pretendemos que sirvam como material de apoio e inspiração para a criação de políticas para as culturas populares.

O constante diálogo com a sociedade é uma característica deste governo e do MinC, por meio de processos participativos com a sociedade civil, tendo como objetivo a construção de políticas públicas

Agradecemos desde já a colaboração de todos que participaram deste processo e, em particular, ao SESC RJ.

*Secretaria da Identidade e da Diversidade
Cultural do Ministério da Cultura*





FALAS INSPIRADORAS

Por que e como apoiar as culturas populares

José Jorge de Carvalho



Coloco de partida o caráter programático e telegráfico da presente exposição, que se propõe apenas a enunciar e esboçar pontos temáticos e questões conceituais que merecem maior desenvolvimento, tanto do ponto de vista teórico quanto para sua conversão em políticas públicas concretas. Espero que elas sejam discutidas, criticadas e ampliadas nas próximas oficinas estaduais preparatórias e no próprio *II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*. Procurarei também dar continuidade às questões que coloquei quando da minha exposição no *I Seminário* em 2005.¹

Utilizando as diretrizes e ações prioritárias da Carta de Brasília, farei alguns comentários e sugestões e apresentarei outras questões mais gerais sobre as reações a essas diretrizes e ações. Recupero aqui idéias surgidas de ricas conversas minhas com Américo Córdula, Ricardo Lima e Hamilton Faria. Todos eles me colocaram questões que tentarei, se não responder, pelo menos reagir a elas e tentar criar um marco de referência para o seu equacionamento. O tom coloquial do texto reflete a transcrição, com um mínimo de edição, da exposição oral durante a Oficina do MinC.

1. O primeiro ponto seria a criação do Fundo Nacional para as Culturas Populares. O segundo ponto, seria aumentar a dotação orçamentária para a área da cultura, em especial para as culturas populares, nos municípios, nos estados e na união. Todavia, a primeira condição para essas reflexões seria que tivéssemos, finalmente, um quadro dos gastos do Ministério da Cultura por inteiro; dispor, por exemplo, de uma projeção em que se diz tudo – qual é o orçamento total e quantos milhões vão para cada setor ou atividade. Não sei quando seria possível obter esses dados para que tenhamos uma idéia exata do lugar que está ocupando cada um deles, as dotações para a

¹ Ver Carvalho (2005a).

área da cultura popular e para os vários editais preparados. Advogo aqui a importância do raciocínio por escala. Quando estamos falando do ponto de vista do Estado, é sempre a grande escala que opera, e não é fácil, para a maioria de nós, principalmente as pessoas com a sensibilidade artística ou performática, interpretar adequadamente cifras e parâmetros de grande escala. Minha própria luta nesses últimos anos pelas ações afirmativas e cotas para negros e indígenas nas universidades exigiu uma leitura minuciosa das escalas, das porcentagens e de sua importância relativa; a hierarquia racial construída em nosso mundo acadêmico me foi revelada em boa medida por meio da análise das porcentagens relativas dos grupos raciais universitários, discentes e docentes.

Assim, a primeira coisa que gostaria de saber e que já mencionei no *Seminário* em 2005 é esta: que ficasse clara a dotação completa e a transparência completa a respeito do direcionamento de cada parcela da verba orçamentária. Na medida em que lutamos por uma ampliação do orçamento para as culturas populares, cabe a pergunta: mais verba em relação a quanto? Essa questão pode conduzir-nos, por exemplo, a analisar as linhas de beneficiamento do BNDES. É preciso conhecer quanto de verba o BNDES transfere para as faculdades privadas do País e quanto entrega a um determinado município para que o repasse aos grupos de cultura popular. Nessa escala relativa de financiamento já está presente a hierarquia de prestígio, de valores e o modelo de sociedade que estamos querendo construir. Falar do BNDES é falar dos valores do BNDES, que são os valores do Estado; sendo assim, precisamos saber quais são esses valores, nos vários sentidos do termo: financeiros, políticos, de classe, raciais etc.

2. Passemos em seguida às questões de mapeamento, registro e documentação das manifestações populares. No mapeamento, lemos, em primeiro lugar, o seguinte: **“registro do patrimônio imaterial brasileiro como forma de combater a apropriação indevida da cultura brasileira por parte de estrangeiros”**. Já que vamos discutir mais adiante os “estrangeiros”, ao tratar do *Encontro Sul-Americano de Culturas Populares*, merece então ser ressaltado que essa menção à “apropriação indevida” deve ter refletido algum sentimento de ameaça, alguma sensação de perigo, de risco, algum tipo de

desconforto emitido por participantes em relação a alguma forma de canibalismo ou de expropriação indébita de nossas tradições culturais. Já que a palavra “estrangeiros” apareceu, permito-me retomar um ensaio longo, que publiquei em 1997 sobre o imperialismo cultural no Brasil, que eu definia como uma questão silenciada.² Houve uma geração inteira que silenciou a discussão do imperialismo cultural, e esse termo apareceu somente nos últimos anos, e muitas vezes de um modo caricato. Somente a partir de 2001 voltamos a refletir com mais seriedade sobre as implicações do imperialismo cultural em escala global, que interpela nosso cotidiano e que tem seus reflexos negativos na vida dos brincantes, ameaçando a continuidade e a sobrevivência das tradições culturais populares.

Quando enunciamos um discurso, sempre o fazemos simultaneamente pela negação; o sujeito do discurso, ao afirmar, silencia aspectos da realidade por ele conhecidos, ao mesmo tempo em que enuncia outros. Então, quando o grupo fala da apropriação indevida da cultura brasileira por parte de estrangeiros, dá a impressão de que houve uma maior apropriação que a desejável, ou aceitável, da cultura brasileira por parte de não-nacionais. Por outro lado, cabe uma pergunta pela discussão acerca do reverso complementar desse fenômeno: a existência de casos de imposição indevida da cultura estrangeira no Brasil. E cabe averiguar qual seria nossa posição diante desses casos. Em ambas as situações, não há como evitar uma discussão sobre nacionalismo cultural, entendida como uma questão colocada tanto pela sociedade como pelo Estado.

Às vezes é a sociedade que rejeita a excessiva complacência do Estado frente à indústria cultural não-nacional; outras vezes é o Estado que quer limitar essa influência e a sociedade rejeita a política estatal de regulação a ser implementada. E, na maioria dos casos, os mesmos conflitos ideológicos e de interesses políticos e econômicos com relação à indústria cultural transnacional dividem internamente a sociedade. No caso mais recente, grupos poderosos defendem a continuidade da concentração da produção cultural no eixo Rio-São Paulo, contra uma demanda antiga por parte da maioria da sociedade para uma distribuição mais equitativa dos recur-

² Ver Carvalho (1997).

sos do Estado. O colonialismo cultural interno nunca foi resolvido no Brasil, inclusive porque jamais foi discutido e criticado com clareza e transparência. E as culturas populares sempre sofreram as conseqüências desse colonialismo, a mais óbvia delas sendo que a maioria das manifestações ocorre nos 25 estados fora do eixo dominante; e sua representação nacional é fortemente restringida, justamente porque, contraditoriamente, os meios de comunicação e difusão estão superconcentrados exatamente neste mesmo eixo excludente Rio-São Paulo.

Penso que não conseguiremos chegar a uma discussão madura sobre esses assuntos em outros âmbitos e estou convencido de que este é o âmbito próprio para isso. Em 1997, quando publiquei meu ensaio sobre o imperialismo cultural, havia no Brasil outra concepção estatal de cultura, abertamente neoliberal e insensível à diferença colocada pelas culturas populares. Tentei inúmeras vezes conseguir informações oficiais e sempre tive dificuldade nisto. Sei, por exemplo, que os Estados Unidos ameaçam retaliar com a compra do nosso aço, de suco de laranja, de café, se não reservarmos pelo menos 96% da programação dos cinemas para a exibição de filmes norte-americanos. Gostaria, portanto, que o Ministério da Cultura nos informasse exatamente como é esse acordo “comercial” (que é, obviamente, também cultural). Por que nossa televisão tem que passar, em 90% da sua programação das tardes, filmes norte-americanos de terceira categoria? Isso é um simples desejo, uma simples vontade das pessoas que trabalham na TV Globo, na SBT, na Bandeirantes etc? Ou faz parte de um acordo existente, mas não difundido? Já que falamos de apropriação indevida, vamos abrir essa discussão, pois estamos aqui em um espaço do Estado (público, portanto) e temos que exigir transparência em nome da cidadania plena. Gostaria, enfim, que as várias instituições do Estado nos respondessem como é exatamente a relação política e econômica concreta que mantemos com o sistema da indústria cultural transnacional, sobretudo com a norte-americana.

3. Sobre o terceiro ponto, a realização de instâncias de diálogo, esta também é uma discussão de outra ordem. Chegamos a um consenso sobre a importância de criar os Conselhos de Cultura nos níveis federal, estadual e municipal, para participação da sociedade local e do governo na gestão

da cultura popular. A ênfase maior que eu daria aqui seria a respeito do nível municipal e gostaria de propor uma análise complementar de um conjunto de estratégias para entender melhor esse lugar municipal. Uma grande parte da censura, do silenciamento, da opressão, da dificuldade que muitos grupos de cultura popular sofrem no Brasil é consequência, sobretudo, da realidade municipal, de prefeituras racistas, opressoras, preconceituosas e terrivelmente classistas. Seria importante que pudéssemos dispor de uma radiografia da relação dos municípios com os vários grupos e isso é algo que talvez o MinC pudesse realizar. Muitas pessoas presentes a esta Oficina certamente conhecem muito bem essa relação, tanto a nível regional como local. Por exemplo, estive recentemente em Uberlândia, lugar de um racismo ainda parecido com o da África do Sul na época do *apartheid*, pelo que me contam. Os brancos poderosos da cidade estão querendo retirar a igreja central como ponto de referência obrigatória do circuito devocional dos Congados e construir uma segunda igreja do Rosário bem longe do centro, na periferia urbana, para que os negros não circulem mais pelo centro da cidade. Como enfrentar essas reações racistas e classistas locais contra as culturas populares?

Podemos conceber o conjunto das manifestações da cultura popular como se fosse uma multiplicidade de grupos isolados em pontos distantes do território brasileiro: passamos pelo nível do estado, depois para a região, depois caímos no município e, muitas vezes, é somente no distrito que estão concentrados os grupos principais do ponto de vista artístico e simbólico. Invertendo dolorosamente a relação entre cultura e poder, entre criação artística e pobreza material, é justamente onde estão os grupos mais isolados e com menos poder dentro do município que estão as jóias da arte popular. Tal é o caso, por exemplo, dos brincantes dos Pretinhos do Congo do histórico município de Goiana, em Pernambuco, os quais preservam uma das manifestações mais expressivas da cultura popular local: moram à beira do rio, literalmente quase caindo na água, em uma situação deveras precária.

Essa relação do nível municipal tem que ser questionada, se estamos construindo uma perspectiva que envolve o Estado como um todo, incluindo o Ministério da Cultura. É preciso haver diálogo com as outras instâncias, para resolver o problema da carência material dos grupos. Podemos

chamar essa dimensão de problema municipal, ou, melhor ainda, de problema distrital da cultura popular no Brasil. O nível estadual é um pouco menos problemático, pois é possível existir, ainda que cheia de problemas, uma certa utilização pactuada das culturas populares por parte dos políticos e dos poderes estaduais, na medida em que os grupos de cultura popular são chamados a desempenhar um papel na construção da auto-imagem do estado, principalmente frente à indústria do turismo e a certas estratégias de populismo regionais. Por outro lado, o conflito político maior (político, econômico, racial, simbólico) parece localizar-se de fato no nível municipal (e distrital, como disse antes), e temos que pensá-lo por esse lado.

4. Sobre o quarto ponto, que é a “Inclusão das culturas populares nos processos educativos formais e informais”, acredito que devemos tentar avançar bem mais. A primeira proposta diz: **“estimular a participação dos agentes locais de cultura popular no processo de ensino”**. Apesar do interesse de pensar o local, eu inverteria a questão e faria o seguinte questionamento: por que deve ser o nível local exclusivamente? Por exemplo, na minha qualidade de docente e pesquisador, não sou chamado a participar como agente local acadêmico; pelo contrário, sou sempre chamado a me manifestar como ator social nacional, e não sei por que assumimos que os mestres devam ser chamados sempre a se manifestar como agentes locais; eles podem (e devem) perfeitamente ser considerados agentes nacionais também.

Na parte dedicada ao processo de ensino, acredito que ainda tenha faltado ênfase. Não sei se em algum outro lugar das propostas esse ponto é levantado com mais detalhe, mas ressalto que ficou faltando, ao discutirem o processo de ensino, ver o mestre, o brincante, na sua qualidade de professor. O problema não está somente no aluno: está também na qualidade daquele que vem infundindo o ensino (formal e informal) com o saber das culturas populares. A relação das culturas populares com o ensino deve ser de troca absoluta entre professor e aluno, e também, entre a cultura popular e a cultura escolar: aprender de um lado e ensinar do outro. Acredito que falta aqui um plano, que obviamente deveria ser pensado com mais calma, de ações afirmativas propriamente ditas. Esta é uma sugestão que eu já havia feito no ano passado e acho que outros também a fizeram, e despontou

nas diretrizes e ações, qual seja: incluir mestres das culturas populares nos quadros de professores das universidades.

Poderíamos fazer uma simulação, neste período de oficinas, e estabelecer o que seria uma agenda de proposta nessa direção. Neste momento, de janeiro de 2006 para cá, estou também lutando para que o MEC – que oferece agora 2.200 vagas para concurso de novos professores nas universidades federais – reserve pelo menos umas 100 ou 110 (ou seja, pelo menos 5%) dessas vagas para professores negros, já que o número de docentes negros nas universidades públicas é menos de 1%. Nas mais importantes, essa porcentagem não passa de 0,4. Para exemplificar, a Universidade de São Paulo tem 5.078 professores e nós conseguimos identificar apenas 20 professores negros, o que significa 0,2% do total de docentes da nossa maior e mais importante universidade. Por outro lado, uma grande parte dos mestres da cultura popular é negra, e isso não é coincidência: aponta para a dimensão racial na formação das tradições culturais populares no Brasil.³ Chegando mais perto de uma proposta objetiva, poderíamos fazer uma lista de mestres, cada um com suas singularidades artísticas e científicas e tentar criar um formato (utilizando, inclusive, as experiências do Ceará, de Pernambuco e de outros estados) para encaixá-los, por meio de critérios inovadores de adequação, nas universidades federais e estaduais. Isso pode ser realizado mais facilmente, se contarmos com o poder e a influência da rede constituída pelos próprios participantes desta Oficina. Trata-se de um exercício inteiramente novo, sem paralelo na nossa história e estaremos criando uma nova estrutura de relação entre saberes – uma estrutura intercultural, enfim. Nossas universidades não foram fundadas com o pressuposto de que isso algum dia ocorresse, porque o processo seletivo para professores é excludente. Sobretudo nos casos das Artes das Humanidades, que são os que mais nos concernem, a seleção é sempre realizada a partir de um conjunto de parâmetros elitizados, eurocêntricos e afinados com o grupo branco dominante. As universidades são muito poderosas: elas confirmam o poder e às vezes são confirmadas pelo poder. Talvez sejam o maior

³ Os argumentos sobre as cotas nas universidades e seus efeitos na ampliação dos saberes legitimados pelo ensino superior foram desenvolvidos em um livro recente (Carvalho 2006).

dos poderes, pois até o judiciário evita indispor-se com elas pelo fato de que muitos juízes gostariam de ser procuradores das universidades federais, ou ser também professores das suas faculdades de direito.

O mestre da cultura popular, como docente, pode abrir novos espaços e podemos imaginar vários cenários positivos. Por exemplo, há uma relação de colaboração estética e simbólica muito clara, pelo menos nas faculdades de comunicação, entre os estudiosos e as expressões culturais discutidas e ensinadas nos cursos. Inúmeros pesquisadores da área de Comunicação pesquisam programas de televisão, filmes, jornais, revistas; em outras palavras, a própria produção cultural que também circula através do sistema de mercado. Há uma inter-relação entre a pesquisa na universidade e essa produção cultural industrial massificada. Uma das conseqüências desse tipo de pesquisa é que ela contribui para a legitimação – social, política, econômica, simbólica – dessa produção de cultura de massa. Um curso de cinema é social e culturalmente importante, não apenas porque nele se ensina a fazer filmes, mas porque se ensina também a escrever sobre cinema, porque se aprende a fazer análises e críticas dos filmes. Neste mesmo sentido, podemos imaginar os mestres contribuindo para o estabelecimento desse mesmo tipo de vinculação entre produção cultural e reflexão legitimadora. Um mestre da cultura popular também seria aquele que promoveria um vínculo simbólico com as culturas populares dentro das universidades. Esse seria um caso que poderíamos pensar como primeiro esboço de uma proposta concreta, então, de inclusão dos mestres na docência superior.

Na parte final da Carta das Culturas Populares, lê-se: **“que a inclusão social dos grupos detentores das culturas populares requer a integração entre políticas públicas e culturais, sócio-econômicas, ambientais e educacionais nos âmbitos local e nacional”** (pág. 181). Se as políticas públicas e culturais passam também pelo socioeconômico, isso quer indicar que o MinC não apenas efetuará a sua discussão específica sobre culturas populares, mas absorverá os problemas detectados nessa área e encaminhará as propostas de solução para o Estado como um todo. É o perfil sócio-econômico do Estado que será influenciado pelas propostas do Ministério da Cultura. Interpreto que aqui se diz que não é possível confinar a discussão ao Ministério da Cultura, mesmo porque foi enfatizado inúmeras vezes que

a festa é consequência de uma vida comunitária saudável. E essa vida comunitária saudável passa, também, pelo socioeconômico. Então, somente quando garantirmos essa base econômica e social saudável para as comunidades, poderemos efetivamente garantir a vitalidade da festa popular.

5. Regresso ao ponto da apropriação indevida – e também, como disse anteriormente, à imposição indevida. Isto é, retomo a discussão sobre o imperialismo cultural, incluindo o correlato local do imperialismo, que seria a desigualdade interna crônica, sistemática e programada; ou ainda, se se quiser, o problema da colonização cultural. Essa colonização cultural é muitas vezes construída a partir de atitudes imperialistas e às vezes de atitudes racistas; e outras, de atitudes derivadas da desigualdade interna do País ou pela sua própria hierarquia política. E vinculo essa discussão a um outro ponto que está colocado na parte de “Princípios, parâmetros e recomendações para valorizar as culturas populares”. O quinto ponto dessa parte diz: **“constituir políticas que permitam resguardar as culturas populares dos efeitos redutores da indústria cultural”**. Sugiro, então, que comecemos com uma discussão franca sobre quais são esses efeitos redutores. Resguardar é um verbo ativo, que demanda uma ação, demanda um lançar-se, um posicionar-se franco, direto e inequívoco. Se há uma imposição, ou se há uma força redutora, ela necessita ser enfrentada para ser neutralizada por uma ação de resguardo. Isso implica discutirmos quais são os efeitos redutores da indústria cultural. Podemos associar o ponto da apropriação indevida ao canibalismo cultural, resultado do imperialismo transnacional e da desigualdade regional interna do País.

À guisa de ilustração, faço lembrar de algo que vocês sabem muito bem: que toda a produção da Clara Nunes, por exemplo, pertence atualmente à AOL (America On Line). Isso significa que, se a AOL quiser, ela retira todo o repertório da Clara Nunes do ar e nunca mais poderemos escutar sua voz maravilhosa, a não ser que entremos em guerra contra o império que controla a OMC (Organização Mundial do Comércio). A mesma coisa sucede com uma parte do repertório de Milton Nascimento, como a canção “Travessia”, e com o repertório de Hermeto Pascoal, que também pertencem à AOL. As megacorporações da música (as cinco *majors*, como são chamadas)

já fizeram esse mesmo tipo de seqüestro comercial-musical com inúmeros tangos clássicos da época de Gardel e também com a volumosa produção de Um Kulthum, a diva da música egípcia. Não é possível considerar normal que comprem simultaneamente os sambas mais importantes, os tangos mais importantes, as canções românticas mais importantes do Egito. Existe em tudo isso alguma coisa de profundamente inquietante do ponto de vista econômico e geopolítico, além de inadmissível moralmente e errada do ponto de vista da política cultural dos países de origem desses músicos. Proponho, então, que façamos uma reflexão também neste nível: juntar a apropriação indevida com a imposição indevida e com os efeitos redutores. Tudo isso já está no texto do *I Seminário*; compete-nos agora levar essas reflexões para o Ministério, para que ele as coloque, em forma de questões de políticas públicas, para o Estado.

O quarto ponto conecta-se com o anterior, tal como aparece na parte de Princípios, parâmetros e recomendações para valorizar as culturas populares: **“recusar a hierarquização entre expressões culturais, evitando a submissão a uma determinada cultura dominante”** (pág. 162). Sugiro, neste sentido, que tentemos definir de que cultura dominante estamos falando. Enunciar apenas “uma determinada cultura” ainda é uma atitude demasiado tímida. Procuremos chegar mais perto do sentido dessa proposição. Se sabemos de fato de quem estamos falando, devemos então nomear as culturas de efeito negativo e analisar o assunto. Caso contrário, o ponto ficará apenas como registro escrito e a discussão não afetará as políticas públicas. A questão da hierarquização cultural também está na mesma relação. A hierarquização talvez seja para mim o ponto maior de todos, o que completa o sentido dos outros pontos, porque, na medida em que se trata de uma questão claramente ideológica, de política cultural, no sentido substantivo do termo, é mais factível organizar todo o conjunto em torno dela.

Gostaria de propor o exercício de uma abordagem que integrasse os planos simbólicos com os planos dos conflitos que estão na área social, política econômica e também ambiental, esta última tão bem colocada pelo mestre do Fandango, Eugênio dos Santos, no *I Seminário*. Adotemos como princípio, portanto, que esses conflitos culturais são correlatos de conflitos raciais, de classe, ambientais, políticos, econômicos e também simbólicos.

Retomando o discutido na seção 3, comecemos por reconhecer que grande parte das manifestações da cultura popular brasileira se caracteriza pela multiplicidade de grupos isolados, em pontos distantes do território brasileiro. Estão presentes em pequenas comunidades, muitas delas em bairros rurais, ou em distritos, às vezes isolados e silenciados, de pequenos municípios. No caso das cidades de porte maior, concentram-se nos bairros pobres e periféricos. Conformam, do ponto de vista político, uma grande rede – como direi adiante, uma rede não-virtual, não-tecnológica, de contra-poder. Insisto em que elas devem ser entendidas como uma rede de contra-poder. Dito em outros termos, as instituições culturais das classes dominantes concentram-se nas partes mais ricas das cidades, mais perto dos centros. São instituições inclusive que definem, em parte, o que é e onde se localiza o centro urbano das cidades. As sedes dos grupos de arte popular funcionam muitas vezes como outro centro, ou como um contra-centro.

Se, por um lado, existe uma força na multiplicidade de manifestações de pequena escala, há também, em sua constituição, uma flagrante fragilidade, por vários motivos. Primeiro, porque esses pontos estão pulverizados no espaço nacional e têm pouca capacidade de articulação. São muito fortes em um nível micro, no interior das comunidades, porém vulneráveis quando confrontados com as instâncias maiores do Estado, com a política regional, a iniciativa privada, o turismo e a indústria cultural em geral. Neste sentido, o projeto dos Pontos de Cultura é uma importante tentativa de fortalecer as culturas populares através da consolidação de uma rede de mestres e criadores.

E aqui é preciso lembrar o caráter comunitário e territorializado das tradições culturais populares, aspectos que se tornam mais evidentes quando os contrastamos com a cultura popular urbana, sobretudo a de resistência, como o hip-hop, o funk, o punk, e similares. Nestes casos, os grupos (em geral de jovens) se articulam através de redes sociais urbanas, que passam a substituir, como formato possível, a comunidade de devoção e arte tradicional existente nos distritos e nos bairros rurais antes mencionados. E sua produção artística faz uso de equipamentos e recursos tecnológicos ligados inteiramente à terceira revolução industrial (aparelhos de gravação, *samplers*, internet etc). Considero essas manifestações culturais tipicamente

urbanas (e também populares) como uma resistência artístico-tecnológica à cultura do simulacro, a qual é criada também no interior dessa mesma tecnologia, de cujos efeitos alienantes e desidentificadores visam libertar-se. Por outro lado, as tradições culturais populares conformam uma outra resistência, não-tecnológica, predominantemente artesanal, comunitária, territorializada e sacralizada, à mesma cultura do simulacro que se mercantiliza nacional e internacionalmente.⁴

7. As tradições culturais populares são expressões artísticas que fazem uso de pouca tecnologia ou de um grau de tecnologia que não inclui os elementos característicos da segunda revolução industrial; na verdade, elas se restringem a utilizar, muitas vezes de modo reciclado, os produtos fabricados nos moldes da primeira revolução industrial. Lembremos que foi com a segunda revolução industrial que surgiram as primeiras expressões do simulacro, (a fotografia, o cinema, a gravação, o telefone, o rádio, a televisão: todos têm um suporte material, que gera, porém, um efeito imaterial). Isto é: as culturas populares não utilizam a tecnologia do capitalismo tardio, o qual pode ser caracterizado, para o caso da cultura, pela presença plena do simulacro na produção simbólica em geral, tal como teorizado por Jean Baudrillard.⁵ Contrário a esse modelo moderno, sua base é o artesanato, a manufatura mecânica e a escala mais próxima da energia humana e não da máquina. Nesse sentido, as culturas populares não são capturadas pela lógica do simulacro. E, ao não serem captadas por essa lógica, entram de um modo subalterno na hierarquia do prestígio simbólico, na medida em que o valor dominante do símbolo cultural na nossa cultura capitalista é o valor do simulacro, pelo fato de que agrega muito mais valor pela produção em série de uma mercadoria cujo custo de produção é baixo, do que uma expressão cultural centrada na energia artesanal e na corporalidade imediata. Por exemplo, uma vez definido o design e os moldes dos personagens do novo filme da Walt Disney, milhares e mesmo milhões de cópias podem ser

⁴ Sobre essa discussão das tradições culturais e suas relações com a modernidade, dessacralização do mundo e mercantilização através da espetacularização simulacral, já dediquei outros ensaios (Carvalho 1992, 2004 e 2005).

⁵ Para o conceito de simulacro, ver dois textos básicos de Baudrillard (1991 e 1996).

produzidas a um custo baixíssimo e vendidas 100, 200 vezes mais caro que o custo industrial de fabricação. O mesmo vale para as gravações de um CD, as cópias de um vídeo, as impressões de um pôster, as camisetas com uma determinada imagem etc. Essas idéias estão apenas esboçadas aqui e deverão ser elaboradas em outros fóruns de discussão.

Resumindo o tema à sua expressão mínima, a lógica do desejo dominante e que hierarquiza o valor financeiro das diferentes expressões simbólicas no nosso mundo ocidental capitalista, sobretudo no campo da arte, está relacionada com o fetiche tecnológico, propriamente dito. Na era da primeira revolução industrial, a tecnologia funcionava basicamente como um meio para um determinado fim (daí o fascínio e mesmo o equívoco marxista de imaginar que se apropriar das máquinas levaria à emancipação das classes trabalhadoras). Já na nossa época, ela tornou-se um fim em si mesmo. O meio tornou-se fim e por isso converteu-se em um fetiche poderoso; daí a expansão exponencial do simulacro, fruto direto da segunda revolução industrial, com a invenção e disseminação da fotografia, do cinema, das revistas, da televisão e, atualmente, da cibercultura. É nesse contexto que surge o problema da recepção, assimilação e legitimação das culturas populares: embora façam uso de um determinado grau de tecnologia, jamais alcançam a dimensão do simulacro, que é justamente a dimensão que organiza e dá sentido majoritário à vida simbólica nas sociedades altamente industrializadas e com as quais nós mantemos uma relação de franca subalternidade, tal como argumentei acima, ao mencionar o problema do imperialismo cultural.

Gostaria de introduzir aqui um conceito que organiza todas as hierarquias assinaladas até aqui: o conceito do acabamento ou polimento final. O polimento final, que é um efeito provocado pela tecnologia, é uma forma de que as culturas populares entrem sempre em desvantagem, porque elas jamais terão esse polimento industrial, que independe das mãos. Em princípio, os objetos são polidos com as mãos, somente depois se introduz uma prótese. Mais ainda, no caso do artesanato popular, a prótese nunca se desvincula completamente do corpo: ela sempre conserva algo da energia humana puramente corporal. Quando um artesão termina a confecção de uma peça, faz o acabamento e para isso usa algum instrumento que está na sua mão, mas a energia humana continua, porque se trata de uma prótese

que ainda está diretamente vinculada ao corpo. Há uma passagem grave para uma situação em que a própria prótese foge do corpo e se transforma em um membro autônomo, paralelo e independente do corpo. Quando o corpo real desaparece, e junto com ele a base puramente material da produção artística, então entram os novos materiais, sintéticos ou virtuais, tocando o plano do absolutamente imaterial, ou seja, o plano do mental que se separou inteiramente do corpo.

A cultura popular, mesmo quando usa produtos industriais, efetua uma bricolagem, que faz com que a mão humana seja reintroduzida no processo de criação e realização da obra de arte popular. Dito nos termos de Baudrillard, a mão humana retoma o controle do processo e recoloca a precessão do real sobre a precessão do simulacro. Por outro lado, as máquinas de produção da cultura, como a televisão, o cinema e a gravação comercial, enquanto modos de produção de bens simbólicos, não aceitam a precessão do real; nesses casos, é a precessão do simulacro que vem em primeiro lugar. Os mestres da cultura popular não dominam nem controlam o processo de produção industrial que conduz à predominância do simulacro. E é a ordem do simulacro que ameaça diretamente as expressões culturais populares, pois elas passam a ser apenas matéria-prima para uma reprodução midiática, em escala industrial, dos símbolos populares que os mestres e brincantes sempre expressam de um modo direto, singular, marcados pelo aqui e agora da apresentação, pelo tempo devocional e pela abertura para a improvisação, que rompe com a formatação do produto cultural tornado plena mercadoria.

O documentário, por exemplo, é algo que se acomoda ao formato televisivo, que corre, porém, o perigo constante de colapsar como representação “verídica” do real e vir a substituir o real, na medida em que seja absorvido como uma “outra cena” da primeira cena televisiva que consiste na substituição da realidade por uma moldura, delimitada *a priori*, filmada e finalmente transmitida. Não há aqui espaço suficiente para elaborar e expandir essas idéias, mas eu as lanço apenas para que meditemos sobre o perigo da fetichização do artesanato e do artesanato a depender de como sejam representados em programas de televisão – “reportagens,” “matérias”, por exemplo, que são produzidas com aparência de documentário e que

simultaneamente obedeçam a uma pressão pela ficcionalização midiática. Uma reflexão refinada e original sobre a aparência ou miragem de veracidade dos programas de televisão que prometem ser uma representação “direta” da realidade, isto é, um encontro autêntico ou transparente com as culturas não-capitalistas (incluindo as culturas populares), foi elaborada por Jacques Derrida, em uma entrevista televisionada, que concedeu em sua casa, e que versava justamente sobre a televisão.⁶

Neste contexto, lanço a idéia do controle remoto, próprio da produção simbólica da indústria cultural. As culturas populares se opõem ao controle remoto: não pode haver repetição infinita do evento, nem pode ele ser editado à distância e transformado segundo critérios alheios à decisão estética dos próprios brincantes. É o controle remoto também que introduz critérios de perfeição e imperfeição, pior e melhor acabamento, tratando a arte performática popular como se fosse um produto industrial de mercado. Podemos lançar mão da idéia de uma bolsa de valores dos produtos culturais: o grau de polimento da obra de arte indica seu valor mercadológico. Assim, quando falamos da hierarquia que conduz aos efeitos redutores da indústria cultural, acredito que um efeito particularmente redutor é a discussão com a tecnologia, cujo efeito se articula com os elementos políticos, ideológicos e simbólicos das expressões culturais.

8. Finalmente, uma breve consideração sobre as relações entre as culturas populares e o plano do sagrado. Na medida em que estamos falando para o Estado, vale lembrar que o Estado é laico. Na verdade, é mais do que laico, é desencantado. A lógica dominante do Estado brasileiro atualmente é a lógica do dinheiro, que funciona na prática como o Deus onipotente. Por exemplo, neste momento o governo está preocupado com o crescimento da economia; porém, é preciso dizer que, quando houve crescimento no passado, houve uma grande destruição das nossas florestas. De modo idêntico, o que está em questão atualmente é que o crescimento perseguido só se consegue destruindo o meio-ambiente. E nem sequer precisa ser o crescimento brasileiro; o crescimento chinês vai depender de que as florestas

⁶Ver Derrida (1998).

brasileiras sejam destruídas. Enquanto o Estado é desencantado, as culturas populares são encantadas. E o Estado é desencantado também porque é inteiramente eurocêntrico.

Proponho, portanto, que é preciso colocar a questão da cultura popular como um tema diagonal, como se ela fosse capaz de falar abertamente de todos os dilemas e predicamentos históricos e políticos da nossa nação. Assim como a tecnologia que recusa a precessão do simulacro, a cultura que não se desvinculou da sua dimensão sagrada também recusa o desencantamento proposto pelo próprio esquema do crescimento.

Nessa perspectiva, o turismo também é desencantado. Enquanto se entender o turismo apenas na lógica do crescimento econômico, e não como uma possibilidade de troca humana respeitosa e uma ampliação mútua do convívio, ele será desencantado do mesmo modo. Embora frequentemente seja apresentado como uma solução para os problemas das comunidades detentoras de tradições culturais populares (pela entrada de divisas), ele converte-se facilmente em mais um problema – social, cultural, político e ambiental.

Finalmente, enfatizemos que as culturas populares conformam uma reserva não trivial de sabedoria, construção de sentido de humanidade e resistência a um modelo ao mesmo tempo genocida e autodestrutivo de desenvolvimento econômico. A razão principal, portanto, de apoiar os grupos produtores de cultura popular é de mão dupla: porque os brincantes, em sua esmagadora maioria muito sacrificados materialmente, necessitam do apoio do Estado e das camadas mais ricas da sociedade; e porque nossa sociedade como um todo também necessita dos brincantes para ajudar-nos a reconstituir um equilíbrio e uma reorientação radical dos projetos dominantes de nação. Sem xenofobias, sem falsos nacionalismos, sem fechamentos autoritários; ao mesmo tempo, porém, sem pensamento único, nem euro-exclusivo, nem apenas modernista, nem colonizado – um projeto pluralista, multicultural, multissapiente, multiétnico e multirracial, não destrutivo com a natureza e não-utilitário com os seres humanos. Podemos (e devemos) aprender com as nossas tradições culturais populares sobre tudo isso e sobre muito mais.

Referências bibliográficas

- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- _____. *A Troca Simbólica e a Morte*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- CARVALHO, José Jorge O Lugar da Cultura Tradicional na Sociedade Moderna. Em: *Seminário Folclore e Cultura Popular. As Várias Faces de um Debate*, 23-38. Rio de Janeiro: INF-Coordenadoria de Estudos e Pesquisas/IBAC, 1992.
- _____. Imperialismo Cultural Hoje: uma Questão Silenciada, *Revista USP*, No. 32, 66-89, 1997.
- _____. Metamorfoses das Tradições Performáticas Afro-Brasileiras: de Patrimônio Cultural a Indústria de Entretenimento. Em: *Celebrações e Saberes da Cultura Popular*, 65-83. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN, Série Encontros e Estudos, 2004.
- _____. Culturas Populares: Contra a Pirâmide de Prestígio e por Ações Afirmativas. Em: *Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*, 34-37. São Paulo: Instituto Pólis/Brasília: Ministério da Educação, 2005a.
- _____. As Artes Sagradas Afro-Brasileiras e a Preservação da Natureza. Em: *Seminário Arte e Etnia Afro-Brasileira*, 41-59. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN/MEC. Série Encontros e Estudos, 2005b.
- _____. *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*. 2ª, edição. São Paulo: Attar Editorial, 2006.
- DERRIDA, Jacques. *Ecografías de la Televisión*. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.
- SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES. São Paulo: Instituto Pólis/ Brasília: Ministério da Cultura, 2006.



Políticas públicas para as culturas populares: difusão, representação e fomento

Carlos Sandroni

Núcleo de Etnomusicologia da Universidade Federal de Pernambuco



O convite que me foi feito para estar aqui hoje conversando com vocês implica uma grande responsabilidade. E, mais ainda, porque vejo entre os presentes muita gente que poderia, melhor do que eu, tecer comentários e apresentar propostas para avançar na discussão sobre políticas públicas para a cultura popular. Para me tranquilizar, direi que é um acaso que seja eu a fazer estas observações iniciais, que servirão para botar lenha na fogueira do debate coletivo. Com esta intenção, compartilharei com vocês algumas questões suscitadas pela leitura do livro e das diretrizes priorizadas no *Seminário* de 2005.

Um dilema

Como preâmbulo, gostaria de apresentar uma espécie de dilema que julgo estar na base de muitos impasses das políticas públicas para as culturas populares. Tal dilema foi suscitado por uma das questões que o Instituto Pólis me enviou previamente, para orientar o foco desta minha intervenção. É o seguinte:

“Como obedecer aos ritmos próprios das comunidades e não impor a agenda da mídia ou a pressa globalizante?”

Li e reli esta frase e fiquei pensando se ela estaria expressando bem a idéia que pretende expressar. A ambigüidade que percebi na frase relaciona-se com a dúvida sobre qual é o sujeito: quem é que deveria obedecer aos ritmos próprios das comunidades? Há duas possibilidades de resposta: por um lado, o Estado e os agentes externos às comunidades deveriam, na sua relação com elas, evitar impor-lhes ritmos alheios, derivados da mídia,

da globalização ou de quem quer que seja. Não se trata de que estes agentes externos devam, nas atividades que lhes são próprias, obedecer aos mesmos ritmos das comunidades com as quais trabalham, mas sim, que devam evitar impor-lhes ritmos indevidos. Por que seria necessário perguntar como fazer, ou melhor, como não fazer isso? Afinal, não impor ritmos ou qualquer outra coisa, além de deveres legais, é um princípio básico da relação do Estado com seus cidadãos.

Existe, porém, outra possibilidade de entendimento desta frase: as comunidades devem continuar seguindo seus ritmos próprios, sem permitir que agendas e interesses externos as pressionem. Neste caso, no entanto, a pergunta tem pouca relação com as políticas públicas, pois os grupos sociais que fazem a cultura popular é que devem respondê-la.

Esta minha dificuldade de entendimento (talvez muito mais minha que da própria frase) relaciona-se, creio, com a convicção de que a decisão fundamental sobre seguir ou não certos ritmos (de vida, de trabalho e de festa) pertence às comunidades envolvidas. A melhor formulação da pergunta seria, portanto, algo assim: “Como os agentes das políticas públicas podem contribuir para que as comunidades com que trabalham continuem fazendo cultura popular da maneira que melhor lhes convier, e a despeito de pressões externas e de interesses alheios aos seus?” Assim reformulada, no entanto, a pergunta leva a uma outra: em que medida estes agentes têm de fato algum papel a desempenhar nessa questão de saber se as comunidades vão ou não seguir os ritmos que quiserem, em oposição a qualquer interesse externo, seja da mídia, de corporações multinacionais, ou até deles mesmos, agentes do Estado?

Lembrei-me, então, de uma expressão que ouvi recentemente na Bahia, e que dizia respeito ao samba de roda, tema com o qual trabalhei em 2004 e do qual extrairia alguns de meus exemplos ao longo desta intervenção. Esta expressão, usada pelo etnomusicólogo Ralph Waddey, um dos maiores especialistas no assunto, descreve o samba de roda do Recôncavo Baiano como uma “religião doméstica”. Com isto, quer ele dizer que a caracterização do samba de roda e sua importância na vida cultural do Recôncavo relaciona-se em grande parte a valores e decisões compartilhadas em esferas íntimas, como a casa, os familiares, os amigos, a vizinhança

próxima. De fato, alguns dos melhores sambas de roda soem acontecer em circunstâncias como a comemoração de um batizado, a festa de um santo de devoção especial ou uma confraternização informal, depois de um longo ritual de candomblé.

Políticas públicas, por outro lado, e por definição, atuam num nível “macro”, onde é possível quantificar, fazer estatísticas, onde produtores produzem e produtos circulam. De fato, se examinarmos as propostas e diretrizes priorizadas no *Seminário* de 2005, veremos que grande parte delas situa-se, coerentemente, neste nível de generalidade: inclusão de novos temas em currículos escolares, modalidades de apoio à gravação de CDs ou realização de espetáculos, criação de novas leis e assim por diante. Para os agentes de políticas públicas – sejam eles da esfera federal, estadual, municipal ou também do terceiro setor – é, por assim dizer, “mais fácil” atuar em âmbitos desse tipo do que naqueles caracterizados pela intimidade mencionada acima. Retomando a célebre dicotomia proposta pelo antropólogo Roberto Da Matta, as políticas públicas são da “rua”, enquanto o samba de roda é da “casa”.

Estou simplificando um pouco, pois é claro que, dependendo do momento, o samba de roda também pode ser da “rua”. Não pretendo negar que o que acontece no nível “macro” influencia o nível “micro”, e vice-versa (só lembro, prudentemente, que esta influência é, na melhor das hipóteses, indireta e de longo prazo, muitas vezes em direções diferentes daquelas pretendidas por formuladores de políticas públicas.). Feitas estas ressalvas, ainda creio ser possível sustentar que características de familiaridade, vicinalidade e intimidade – tão bem expressas por Waddey quando fala de “religião doméstica” – estão entre as que melhor circunscrevem o âmbito próprio, não só do samba de roda mas de uma “cultura popular”, enquanto separada da “cultura de elite”. Tais características são as mesmas que dificultam (talvez felizmente?) a atuação das políticas públicas nesse âmbito.

Em outras palavras, a continuidade ou descontinuidade desta ou daquela manifestação das culturas populares depende, em última instância, de desejos pessoais, de decisões íntimas, da vigência e da força relativa de valores e de gostos, sobre os quais as decisões do Ministério da Cultura ou do Congresso Nacional têm ação, digamos, bastante limitada. Não se pode legislar

sobre o fato de as pessoas comemorarem ou não a formatura de seus filhos com um samba de roda entre amigos ou se devem festejar o Dia de Reis com as folias de reis, ou o São João com o bumba-meu-boi. Pode-se, sim, com muito mais facilidade, apoiar, por meio de políticas públicas, a realização de espetáculos musicais ou teatrais sobre o bumba-meu-boi, dar apoio financeiro ou institucional a grupos de samba de roda oficialmente constituídos e com CNPJ ou ainda incluir no currículo o estudo das comemorações associadas ao Dia de Reis. Mas este tipo de ações se dirige, conforme estou argumentando, como que à ponta do *iceberg* da cultura popular, e apenas indiretamente ao que ela tem de mais característico e fundamental.

Este me parece ser um grande dilema das políticas públicas para culturas populares, e não tenho soluções para apresentar neste momento. Minha intenção, ao falar dele num debate sobre políticas públicas para a área, não é a de desestimular ninguém nem a de dizer que estamos perdendo tempo. Como bem notou José Jorge de Carvalho, não somos onipotentes, mas também não somos impotentes (aliás, vejo os dois termos mais como sinônimos do que como antônimos). Não seria eu, que venho participando faz alguns anos da formulação e da implementação de políticas neste campo, quem adotaria agora um tom de resignação. O sentido destas observações é o de contribuir para melhorar o foco de nossas intervenções, reconhecendo que justamente aquilo que parece mais fácil de ser feito no âmbito das políticas públicas é talvez o menos importante, se o objetivo for obter resultados positivos junto às culturas populares.

Depois deste preâmbulo, que se alongou mais do que pretendia, e tendo-o como pano de fundo, passarei a discutir alguns pontos relacionados a cada um dos três temas propostos especificamente para esta oficina: difusão, representação e fomento.

Difusão



No que se refere à difusão, haveria muito a dizer, mas noto especialmente que muitas das propostas listadas pelo *Seminário* de 2005 versam sobre educação. Há uma ênfase muito grande, por exemplo, na idéia de

incorporar as culturas populares aos currículos. Embora eu não seja contra esta idéia, creio que uma ênfase exagerada pode levar-nos a passar ao largo de algo muito importante: justamente sua independência em relação a currículos e demais instâncias oficiais da cultura.

Certa vez, tive uma conversa que se relaciona a este ponto com uma sambadora de Saubara, no Recôncavo Baiano, Dona Zelita. Ela me disse mais ou menos o seguinte: “Quando chegava janeiro, eu sempre queria que as crianças da minha localidade participassem do reisado, e elas não participavam. Um dia, chegou janeiro e vieram umas meninas lá em casa, querendo aprender o reisado. Eu achei engraçado, perguntei e descobri que uma professora tinha passado dever-de-casa, valendo nota, para apresentar um trabalho sobre reisado. Aí eu não quis ensinar, porque se o que elas queriam era a nota, agora era eu quem não queria conversa.”

Creio que há aí uma profunda sabedoria, que nos inspira uma pergunta: será que inserir as culturas populares no currículo é necessariamente uma valorização para elas? Talvez, consultando nossas próprias memórias de infância, possamos perceber que, em muitos casos, o que entrava no currículo era justamente aquilo a que atribuíamos menos valor e interesse em nossas atividades.

Entrar no currículo da educação formal pode ser bom, mas não deveria ser a preocupação fundamental de quem pensa na relação entre culturas populares e educação. Por outro lado, é possível que esta tenha sido uma proposta tão reiterada nas discussões do *Seminário* de 2005 porque parece relativamente fácil de realizar: parece que só depende da famosa “vontade política”. Faz-se uma lei, o aprendizado das culturas populares passa a ser obrigatório no ensino fundamental e médio (e superior?), e assim ficaria garantida sua continuidade e valorização. Infelizmente – ou devo dizer felizmente? – as coisas não são tão fáceis, pois o tipo de conhecimento implicado em fazer cultura popular simplesmente não pode ser transmitido em uma sala de aula da mesma forma como, até certo ponto, podem ser transmitidos conhecimentos sobre História do Brasil, Língua Portuguesa ou Matemática. O primeiro é estreitamente ligado à prática e nutrido pela integração entre concepções de mundo, atividades físicas, razão e emoção. Os segundos baseiam-se na compartimentação entre trabalho manual e

intelectual, e, dentro deste último, entre as diversas disciplinas. Boa parte do que Paulo Freire dizia contra “educação bancária” e a favor da educação como “leitura do mundo” pode ser encontrada nas práticas educativas próprias das culturas populares. Do ponto de vista de métodos educativos, talvez as culturas populares estejam de fato muito à frente dos nossos currículos oficiais. Se tal idéia estiver correta, pelo menos do ponto de vista da eficácia da educação, incorporar os currículos oficiais à cultura popular seria uma proposta muito interessante.

Pode-se argumentar, com razão, que os currículos oficiais são uma instância de validação, de legitimidade; e que, queiramos ou não, é através deles que a sociedade brasileira define os conteúdos que julga apropriados e indispensáveis a cada nova geração. Por isso, como disse antes, não sou contra a inclusão de culturas populares nos currículos, muito pelo contrário. Só acho importante lembrar também as limitações deste tipo de proposta, até por causa da ênfase neste ponto – que considerarei exagerada –, por parte dos documentos que saíram do *Seminário* de 2005.



Representação

O segundo ponto diz respeito à questão da representação. Como pensar a representação de setores sociais numa discussão sobre políticas públicas, se tais políticas deveriam justamente resultar das pressões e dos interesses apresentados por meio dos mecanismos de representação?

Creio que temos um problema, que é a outra faceta do dilema tratado no preâmbulo. Falamos, por exemplo, da realização de uma conferência nacional das culturas populares, da consolidação de fóruns estaduais permanentes – em resumo, mais uma vez, de âmbitos “macro” de representação cultural e política; mas, nos âmbitos locais, mecanismos de representação muitas vezes inexistem.

Volto ao exemplo do samba de roda. Em 2004, o MinC propôs registrar e patrimonializar o samba de roda, mas se sabia que isso não faria sentido, se não fosse baseado em reivindicações dos próprios sambadores. No entanto, eles não tinham nenhuma forma de representação coletiva na

Bahia; quando muito, nas cidades mais conhecidas, como Cachoeira e Santo Amaro, alguns grupos de sambadores tinham-se constituído enquanto pessoa jurídica, e, aliás, em certos casos rivalizavam entre si.

Aqui tocamos em mais um ponto difícil, que é o do individualismo e da competitividade, que em muitos casos marcam a atuação de mestres e grupos de cultura popular. Conversando com um ou outro coquista de Pernambuco e da Paraíba, muitas vezes ouvi que coco é o que ele mesmo faz, mas o que o colega faz pode ser tudo, menos coco. Entre os maracatus de Pernambuco também há grande rivalidade, e não acho que se possa atribuí-la, como às vezes se faz, a interferências externas ou à vontade de imitar a disputa das escolas de samba do Rio de Janeiro. Temos que pensar, portanto, em como trabalhar a questão da representação quando aqueles que supostamente deveriam constituir representantes coletivos trazem grande carga de individualismo e competição mútua.

Políticas públicas podem desempenhar algum papel em relação a isso. No caso do samba de roda, desde 2004 vem sendo feito um trabalho de articulação e conexão, com apoio do IPHAN e de uma ou outra prefeitura mais esclarecida do Recôncavo. Este trabalho, que incluiu apoio financeiro para realização de reuniões intermunicipais, bem como assistência jurídica e de secretaria, possibilitou que os sambadores se encontrassem, conversassem sobre interesses comuns e viessem a fundar uma associação.

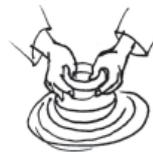
Vale lembrar que há, em casos assim, risco de peleguismo ou clientelismo, pois estamos falando de formas de representação política que não são criadas com total autonomia. Mas talvez este seja um risco inerente a qualquer atividade política desenvolvida no Brasil. Já não sei mais se foi o historiador Sérgio Buarque de Holanda quem disse que no Brasil a sociedade foi criada pelo Estado, e não o contrário. Em todo caso, e devido à própria situação de precariedade econômica em que se encontram as culturas populares, este risco é particularmente agudo no campo de nossa discussão. No *Seminário Nacional*, em 2005, houve um exemplo disso, na fala de Mestre Ferreira, quando mencionou a sua “intimidade” com o prefeito. Ele disse mais ou menos o seguinte: “A gente tem intimidade com o prefeito, a gente vai dizer a ele que votou nele e por isso quer isso ou aquilo”. Mas, e o outro mestre, que não votou no prefeito e não tem intimidade com ele, terá

uma chance também? Ou a intimidade com autoridades políticas é um pré-requisito para conseguir fazer cultura popular no Brasil?

Testemunhei, no carnaval pernambucano de 2006, na Casa da Rabeca, do famoso mestre Salustiano, a confraternização entre vários mestres de maracatu e diversos políticos presentes. Assisti lá a um mestre fazendo suas loas improvisadas, à maneira do maracatu de baque solto, com louvações àqueles políticos. Qualquer pessoa que conheça o carnaval pernambucano de maneira menos superficial sabe que cenas semelhantes não são incomuns. Não creio que seja muito diferente em outros lugares do Brasil – por exemplo, no Maranhão. Isto não significa que, de fato, os mestres em questão gostem dos políticos ali presentes ou votem neles; podem até gostar e votar, mas podem também estar agindo à maneira de João Grilo, em busca de condições de continuidade para seus brinquedos, e cantando loas a políticos, por uma questão de sobrevivência.

A interferência do Estado na criação de formas de representação da sociedade civil é sempre problemática. E mais ainda quando se trata de áreas com persistente tradição de clientelismo, como, não tenhamos ilusões, é o caso de boa parte das culturas populares brasileiras. Ainda assim, creio ser possível apoiar, por meio de políticas públicas, a constituição de associações de fato representativas nesta área, capazes de desempenhar, na seqüência, importante papel na própria formulação de novas políticas públicas cada vez mais democráticas – sobretudo se não perdermos de vista o risco do clientelismo.

Fomento



Mais uma vez, haveria muito a dizer sobre as propostas para o fomento das culturas populares. Vou abordar apenas duas. A primeira diz respeito ao reconhecimento do valor dos mestres pelo público em geral. Temos avançado nos últimos anos em relação a isso, com experiências de apoio a mestres sob a forma de leis estaduais de patrimônio vivo, por exemplo, no Ceará e em Pernambuco. Estas leis tentam ajudar a consolidar o reconhecimento público do valor dos mestres da cultura popular. Mas qual a melhor maneira de fazer isso?

Recentemente estive em Goiana, cidade na fronteira entre Pernambuco e Paraíba, onde está o ateliê de Zé do Carmo, grande artista plástico que foi contemplado com o título de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco em 2005 (primeiro ano de aplicação da referida lei). Ao chegar à casa dele, esperava encontrar uma placa ou qualquer outro sinal anunciando, em alto e bom som, que Zé do Carmo tinha recebido aquela distinção. Desta forma, as pessoas da cidade, assim como os turistas, saberiam que estavam no ateliê de um artista considerado oficialmente como Patrimônio Vivo da cultura de Pernambuco, o que não é pouca coisa (ou não deveria ser).

Mas não havia nada disso. Perguntei a ele por que e a resposta foi: “Ah, o pessoal aqui não se importa com isso, não dá valor”. Nesse momento, percebi o contraste entre a cerimônia ocorrida no Palácio das Princesas, no Recife, e amplamente noticiada pela imprensa da capital, onde Zé do Carmo, junto com outros mestres contemplados, foi recebido pelo governador, outras autoridades e imprensa e a total falta de tradução desse sucesso na cidade onde vive e trabalha. Nestas condições, a distinção conferida aos mestres fica num plano formal. Eles podem sentir-se honrados porque apertaram a mão do governador, mas a verdadeira honra, que seria o reconhecimento e a valorização no plano local, sobretudo pelas crianças e jovens, potenciais perpetuadores das tradições – esta não acontece! E assim, escorre por entre os dedos o maior benefício esperado da lei do Patrimônio Vivo, que seria o de reverter o desprestígio a que está relegada a maioria dos mestres junto às populações locais, desprestígio que – mesmo quando acompanhado de eventual prestígio junto a universitários e intelectuais das capitais – é uma das causas principais da ameaça à continuidade de aspectos da cultura popular.

Posso citar um exemplo mais positivo, que não sei se está realmente funcionando, mas representa uma tentativa de vincular o reconhecimento oficial do patrimônio vivo à valorização direta no local de atuação dos mestres. Trata-se do edital lançado em Salvador, intitulado “Mestres Populares da Cultura”, no qual bairros e comunidades do município são chamados a propor a realização de festivais locais em torno da figura do mestre. Assim, a escolha do mestre beneficiado não se dá apenas em função de seu valor, estimado e avaliado por um comitê de especialistas, mas também em função

do que a comunidade consegue fazer em torno dele. Pretende-se garantir, dessa forma, a realização de atividades nas quais as comunidades possam colocar seus jovens em contato com os mestres, ajudando-os a apreciar seu valor e assegurando a continuidade dos saberes tradicionais.

Outro ponto enfatizado nas propostas listadas no *Seminário*, que gostaria de comentar aqui, diz respeito à necessidade de cadastro e disponibilização das teses, monografias etc., que tenham as culturas populares como tema. Trata-se, sem dúvida, de coisa necessária. No entanto, para garantir a acessibilidade destes trabalhos acadêmicos e a ampla difusão dos conhecimentos gerados sobre as culturas populares, parece-me ser mais importante atentar para questões relativas à chamada “divulgação científica”, pois o estudante do ensino médio, o estudante universitário, a professora de ensino fundamental e médio ou ainda o professor universitário que não seja um especialista da área, qualquer destas pessoas, desde que precise de conhecimentos claros e sintéticos sobre o que seja o congado mineiro ou o maracatu pernambucano, não vai mandar fotocopiar em Belo Horizonte ou em Recife uma tese que trata de modo aprofundado e especializado de um destes assuntos. Em vez disso, o referido público precisa de obras concebidas especialmente para ele; obras que, a partir das teses e pesquisas, resumam, sintetizem e coloquem o conhecimento ao alcance do cidadão comum, como, por exemplo, o *Dicionário de Folclore Brasileiro*, de Luís da Câmara Cascudo. Este dicionário desempenhou, e infelizmente ainda desempenha, um papel singular neste campo de estudos. Digo “infelizmente” não para desmerecer o importantíssimo livro, mas por este livro já ter mais de meio século de existência, e ser ainda a única obra de referência séria de que dispomos sobre o conjunto das culturas populares brasileiras. Nos últimos cinqüenta anos o folclore brasileiro mudou, os métodos de pesquisa mudaram, apareceram as bolsas do CNPq e foi concluída uma quantidade considerável de monografias, dissertações e teses sobre o assunto; mas não fomos capazes de sintetizar todas estas aquisições em novas obras de referência, não para substituir o insubstituível Câmara Cascudo, mas para atualizá-lo e complementá-lo, como ele próprio desejava.

Citei de propósito o *Dicionário de Folclore*: sua existência é, em parte, fruto de políticas públicas. Ele foi encomendado a Cascudo por Augusto

Meyer, então diretor do Instituto Nacional do Livro (INL), e sua publicação financiada pela mesma instituição (Cascudo, 1962: XVII). O poeta e ensaísta gaúcho Augusto Meyer (1902-1970) implantou e dirigiu por mais de 30 anos o INL. Com Mário de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade e outros, ele fez parte de uma geração que criou referências basilares das políticas públicas para a cultura no Brasil, e não foi pequeno o papel das culturas populares nas reflexões e práticas do grupo.

Creio não ser fora de propósito concluir esta incitação ao debate, com a sugestão de que ainda temos muito que aprender com aquela geração, e de que seria desejável que as discussões sobre o nosso tema se nutrissem também, com mais frequência, das ricas experiências acumuladas pelo Brasil neste campo. Desde o grupo modernista, passando pelo legado de Edison Carneiro e Renato Almeida (através da Campanha de Defesa do Folclore Nacional) e pela contribuição de Aloísio Magalhães e seus colaboradores (com o Centro Nacional de Referências Culturais), muita coisa foi pensada e posta em prática em nosso país, em relação profunda com nossos debates e propostas atuais para as culturas populares, mas mal conhecida pelas novas gerações. Também aqui possuímos tradições pelas quais zelar, mesmo que às vezes zelar por elas signifique criticá-las e superá-las...

Referências Bibliográficas:

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Instituto Nacional do Livro, 1962 [1954].

Sugestões de leitura:

VILHENA, Luiz Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1985].





**DEBATE REALIZADO APÓS AS
FALAS INSPIRADORAS**

Edegar Pereira Barbosa

Minha questão é para o José Jorge, em relação ao que ele diz sobre o número de leigos ser pequeno dentro das universidades. Mas, se os mestres fossem trabalhar nas universidades, eles não ficariam isolados? A universidade é muito elitizada e fechada; assim, como poderíamos garantir a entrada e o trabalho dos mestres dentro dela?

Outra questão é em relação aos currais. Quando a prefeitura decide apoiar um conselho de cultura, ela já não faz, por vezes, um certo curral eleitoral? Alguns mestres fazem seus trabalhos solitários e penso se não seria importante facilitar para que essas pessoas trabalhassem junto com uma entidade ligada ao município. Se o município não facilita isso, corre-se o risco de o grupo ir morrendo aos poucos. Mas, por outro lado, esses grupos podem entrar nas questões políticas. Como podemos resolver isso?

Oswald Barroso

Acho que a cultura popular tem várias definições, todas arbitrárias e artificiais. Para haver sentido na diferenciação das culturas populares, elas devem ter uma conceituação precisa, ou seja, não dá para tudo ser tratado como cultura popular. A cultura popular é aquela que resulta da vida popular, que é produzida e controlada pelo povo. Assim, a forma de apoiar essa cultura popular é intensificar a vida popular, fomentá-la. Nos lugares onde a cultura popular é dinâmica, rica e forte, não é preciso a ajuda de ninguém, porque ela funciona bem.

Também precisamos dissociar os artistas que têm sua produção na vida popular daqueles que transitam por várias culturas, inclusive as de massa e as universidades. Precisamos separar um artista que pode até ser popular, mas que está no nível da cultura midiática de massa e dar a ele outro tratamento.

Desse ponto de vista, as interferências do mercado foram e podem ser bastante perigosas. Pode-se destruir a cultura popular através da ingerência do poder econômico, e isso se pode ver na história da humanidade, como, por exemplo, em diversos países da Europa, onde resta pouca cultura tradicional.

Parece que há certa confusão nessas diretrizes do *Seminário*, que às vezes tratam as culturas populares como se fossem artes midiáticas. Quando o poder de decisão foge do âmbito popular, já não se trata mais de cultura popular e não deve haver um privilégio para esse tipo de cultura. Quando pensamos em representação, as pessoas devem ser tratadas como iguais, dentro das necessidades práticas da vida, como comer, trabalhar etc. Mas, do ponto de vista individual, as pessoas não são iguais, e a representação, quando é corporativista, pode ser um grande perigo, porque qualquer pessoa passa a valer como todas as outras. Esse processo pode criar distorções absurdas e pode ser cooptado, criando um peleguismo ou corporativismo. Não podemos considerar todos como iguais, principalmente em nome da cultura, de forma que as representações devem ser muito bem conduzidas, para não virarem algo engessado, que empobreça a cultura.

Andréa Falcão

Gostaria de fazer um esclarecimento para os outros presentes que não participaram do *I Seminário Nacional*. Depois do *Seminário*, elaboramos o livro com a síntese das propostas que foram ditas e aprovadas por participantes das oficinas preparatórias e do próprio *Seminário*. No entanto, elas foram sistematizadas e compiladas, de forma que, algumas vezes, a redação final não reflete exatamente o conteúdo original dito pelos participantes. Assim, é interessante ressaltar que, às vezes, as diretrizes e propostas apresentam contra-sensos, explicitam discussões ou idéias do senso comum que não correspondem a ações efetivas.

Assim, parte do trabalho dessa oficina é contribuir nesse sentido, resgatando a intenção prioritária presente nas proposições, clareando e trazendo precisão para as formulações. A idéia não é desprestigiar o que foi escrito, mas identificar quais os problemas que as proposições apontam e, a partir daí, apontar as propostas de ação efetiva. Temos, portanto, um trabalho de entendimento e de desconstrução dessas proposições, que merecem ser vistas com maior profundidade.

Essa oficina é muito importante dentro do processo de discussão das culturas populares. No Fórum do Rio sempre defendemos que o Ministé-

rio trabalhasse com uma visão de programa para as culturas populares e, desde 2003, buscamos tirar ações integradas e bem elaboradas. Por isso, creio que o seminário foi um momento importante, mas ele foi uma profusão de idéias de todos os tipos que, se aprofundadas aqui, podem nos levar de fato a uma formulação consistente.

Joana Correia

Em relação à fala da Andréa, temos que resolver como tratar essas questões. Devemos lembrar que as propostas foram levantadas em pouco tempo, em grupos formados por sete pessoas com grandes diversidades. Assim, foi um processo onde o diálogo foi, por vezes, difícil. Temos que ir além daquelas propostas, já que pessoas presentes aqui têm essa capacidade de, a partir de suas experiências, seus currículos suas histórias, levantarem questões que aprofundem o que foi discutido no seminário.

Marcelo Manzatti

Há, nas diferentes comunidades, uma certa esquizofrenia dos discursos. Por um lado, tenta-se fazer a afirmação da importância da comunidade, mas, por outro, a ação prática apóia o indivíduo. Mesmo que este tenha o poder de articulação e que represente a grande comunidade, a ação, ainda assim, se encaminha à pessoa, e não à coletividade; muitas vezes, inclusive, o fomento nem poderia ir direto para o grupo.

Talvez fosse o caso de se pensar em estimular e fomentar o contexto onde o grupo atua ou o contexto principal desses grupos – que é a festa, e não o grupo. Na festa são realizadas diversas ações culturais, com atores diferentes, o que talvez represente o momento primordial de acontecimento das culturas populares. A questão passa a ser, portanto: como podemos combinar as intenções de apoio ao indivíduo e à comunidade ou à festa?

Carlos Sandroni

A primeira idéia é que tentamos fazer falas inspiradoras. Assim, quando vocês nos colocam perguntas, não sei se temos as respostas. Parece-me que a idéia é conversarmos todos agora e acredito que há muitas pessoas aqui que têm coisas a dizer. De tudo o que foi dito até agora, a única coisa que senti como uma pergunta mais direta foi do Edegar, sobre as relações com as prefeituras. Isso é uma coisa que faz parte do jogo. Acho que os diferentes grupos vão se relacionar sempre, com diferentes instâncias do poder público, na medida em que eles puderem. Mesmo esse mestre, que mencionei há pouco, que fazia louvações para o político, pode estar tentando obter algum benefício para sua manifestação. Nesse ponto eu não o censuro. Só quis chamar a atenção para esse fato, pra que não fiquemos unicamente nessa opção de fazer relações com o poder público. Mas, quando não há outra opção, o mestre vai fazer o que for melhor para sua manifestação.

José Jorge Carvalho

Sobre o que o Edegar perguntou, de certa maneira eu colocaria uma reflexão parecida, respondendo também parcialmente à colocação do Oswald. Eu estava dando o exemplo dos professores negros e agora vou falar dos mestres; a questão foi sobre a inserção nas universidades fechadas.

Sei que a realidade é essa, que construímos nos últimos 100 anos, de universidades conservadoras, fechadas, eurocêntricas, racistas e classistas. Assim, ou mudamos para que ela mude, colocando pessoas que também deveriam estar lá, ou renunciamos, porque vamos demoli-la amanhã. Acho ainda que, com a entrada dessas pessoas, pode ocorrer uma cooptação; as pessoas podem se branquear, entrar lá e participar dos mesmos critérios elitistas que os excluíram, podem virar excedentes lá também. Corremos esse risco, mas, ao mesmo tempo, precisamos intervir no sistema que até agora foi totalmente fechado e conservador. Agora é hora de transformar totalmente, mas temos que começar dessa maneira, ter os primeiros lá dentro, que vão sofrer mais que os outros, mas que vão abrindo caminho.

Concordo que temos também o risco que o Marcelo e o Oswald estavam citando, porque, mesmo que falemos das comunidades como um todo, quem

aparece é o mestre, o indivíduo, e não queremos apoiar apenas o indivíduo, mas toda a comunidade. Em relação aos exemplos do Oswald, também concordo que as intervenções do mercado e do Estado podem ser perigosas para essas comunidades. Ele deu o exemplo da Europa e da União Soviética, mas esses exemplos foram todos negativos. Podemos observar que eles avançaram em diversas coisas, como, por exemplo, garantir o mínimo para as pessoas, o que ainda não conseguimos no Brasil. Quando tratamos das culturas populares no Brasil, estamos falando em pessoas com nível de indigência, de pobreza absoluta; assim, ao mesmo tempo em que temos medo da intervenção do mercado e do Estado, em certo estágio eles terão que intervir.

Não sei se isso responde em parte a uma especialidade da cultura popular que trabalha como um contra-poder, que lembra que o sistema tecnológico pode levar-nos ao abismo, assim como o sistema ambiental, o político e o simbólico. Há, portanto, diversas razões ainda fortes para tentar mostrar a diferença. Assim, eu penso que, se por um lado temos que apoiar as festas, por outro há uma luta para a inclusão do indivíduo, para apoiar um signo que nunca esteve nesse lugar. É uma luta parecida com a luta pela inclusão dos negros ou dos indígenas nas universidades. Estamos apoiando um signo, uma pessoa que tem uma trajetória diferente, um mestre, uma mestra, e é importante que os jovens comecem a ver destaques em outros lugares, pessoas assim falando não apenas para o local, pessoas que tiveram trajetória diferente de Harvard ou da USP, que têm outra forma de ver o mundo. É preciso mostrar a eles outras formas de saber, porque isso também é saber, e assim toda a comunidade irá reconhecer e valorizar os mestres, o que vira auto-estima da própria comunidade, que ganha com a presença dessa pessoa. Esta, para mim, seria a resposta.

Nilcemar Nogueira

Sandroni disse que não há um reconhecimento ou valorização dos mestres, patrimônios vivos, pelas pessoas dos locais. Ao mesmo tempo, coloca que às vezes o Estado identifica o indivíduo, reconhece-o e gera mídia em torno dele, mas que isso não tem efeito no lugar em que o mestre mora. Por que não há um reconhecimento desse patrimônio pelas pessoas do lo-

cal ao qual ele pertence? De que forma poderia, então, haver um reconhecimento desses valores?

Um último ponto é que acho importante que as produções sejam geradas a partir do local, porque nem sempre aquela produção reflete as realidades locais e às vezes há um olhar de fora que se torna dominante sobre a produção popular.

Laís Fontoura Aderne

Observando as diversas experiências, um dos problemas básicos é em relação aos conselhos. A própria formação de conselhos nas comunidades está obedecendo a um poder político de dentro das comunidades. Um exemplo é o da implantação dos Ecomuseus, como museus do território, mas o poder político neles é muito diferente de um para outro, dependendo da região e do território em que estão.

Voltando para trás, podemos observar a experiência que tive com o povoado Olhos D'Água, no entorno de Brasília, região de sete municípios, onde hoje está o Ecomuseu do Serrado. Aquele povoado era dependente de Brasília e, inclusive, recebia esmolas deles todos os anos – como cobertores de inverno e presentes no Natal. Passei oito anos sem saber o que acontecia dentro das 47 casas daquele povoado. É difícil chegar a uma situação como essa e encontrar a chave, a organização básica necessária para transformar esse processo. Percebi que naquele local teríamos que ter a escola como base e, a partir desta idéia, chamamos a comunidade que se manifestou.

Durante muito tempo nos reunimos semanalmente para tentar retomar o processo e conseguimos resgatar os fazeres culturais da região e a auto-estima daquela população. As casas se abriram em dez anos e nós já tínhamos 40 micro-empresas criadas com os fazeres culturais resgatados. A formação desse grupo se fez ouvindo a comunidade, resgatando sua auto-estima, para que pudesse assumir suas responsabilidades diante da condução dos trabalhos, do desenvolvimento.

Em minhas experiências, tenho visto que a formação dos conselhos se faz a partir do poder do prefeito. As pessoas que fazem parte do conselho nem sempre estão preparadas ou são as mais indicadas para estarem ali; as

experiências dos conselhos que tenho visto ultimamente são muito truncadas. As pessoas querem entrar lá para ter poder político na comunidade e esse é, portanto, um ponto de partida para refletirmos.

Conversando com Paulo Freire sobre isso, ele disse que a escola também tem um papel muito grande, porque conduz o processo da educação e a formação do pensamento. Mas a escola não trabalha com o sentimento nem com a ação. A escola trabalha com o pensamento truncado, somente com a memória, e não com a reflexão.

Assim, temos que pensar em levar o mestre para dentro da escola, permitindo uma relação entre fazer, pensar e sentir dentro da escola. Se não levarmos em conta o sentimento do povo, que vem a partir da cultura, as políticas não darão certo.

Isto é observável também se pegarmos os exemplos do artesanato da Amazônia, como a cerâmica marajoara ou itapajônica. Toda a criação deles está centrada no inconsciente coletivo daquela população, ou seja, tem a ver com sentimentos.

Os mestres devem estar vinculados ao processo de ensino, de educação, porque lá eles irão trabalhar com esse elemento que conhecem. Sabem a tecnologia de uma região e de uma comunidade, sabem as matérias-primas existentes e como elas podem ser preservadas. Se não conseguirmos dar ao mestre um poder dentro do processo da educação, não vamos conseguir ir muito longe. Ele deve assumir um papel dentro da comunidade de formação do novo pensamento e sentimento do povo, para que este seja auto-suficiente.

Precisamos refletir sobre tais questões nos grupos de trabalho aos quais podemos levar essas experiências. Quando perguntei ao Paulo Freire qual era o maior problema da educação brasileira, ele disse: a dicotomia entre o fazer e o pensar.

Temos, portanto, que, efetivamente, pensar, fazer e sentir, ou seja, trabalhar as três partes da mente. Ou as pessoas aprendem a trabalhar com novo pensamento, sentimento e ação de forma integrada – quando o pensamento não é um elemento cerceador dos sentimentos do povo – ou vamos continuar entre aqueles que fazem, aqueles que pensam e aqueles que agem.

Paula Simon Ribeiro

Gostaria de dar um depoimento em relação à fala do José Jorge sobre o item 4 das ações e diretrizes prioritárias – item que fala da inclusão das culturas populares nos processos educativos formais e informais.

As comissões estaduais de folclore vêm, em consonância com a comissão nacional do folclore, trabalhando com as culturas populares folclóricas aplicadas na educação há mais de 20 anos. Não se trabalha a cultura popular como uma disciplina à parte, mas se sugere que seja trabalhada como motivação e como busca no próprio meio da comunidade onde o aluno está inserido. Assim, sugere-se que o aluno traga o conhecimento, o saber e os fazeres da comunidade para a escola. Para isso, trabalhamos com a instrumentalização dos professores, um trabalho quase individual, com escolas-pilotos.

Os alunos são orientados a buscarem em suas comunidades o conhecimento, para o trazerem a sua sala. Muitas vezes, o próprio aluno traz algum mestre, algo sobre uma manifestação etc. No Rio Grande do Sul, infelizmente, não existe a riqueza de manifestações, até pela formação histórica, que existe no Centro-Oeste e no Nordeste.

O aluno traz coisas e mostra seu interesse e, a partir daquilo, é desenvolvido um trabalho. Assim, trabalhamos com a idéia de que a cultura popular ou o folclore não devem ser uma disciplina à parte.

Sobre os conselhos de cultura, no Rio Grande do Sul temos o Conselho Estadual de Cultura, do qual faço parte como conselheira eleita pelo segmento cultural. O Conselho avalia projetos de todo o Estado e a maioria das verbas é destinada às culturas populares. O município de Porto Alegre tem um Conselho de Cultura e um fundo, Funproarte, que também faz incentivo cultural.

Maurício Fonseca

Sobre a difusão, tanto nas falas de Sandroni como de José Jorge, surgiu a idéia de inclusão da cultura popular no currículo, sendo que Sandroni ressalta a importância de praticarem esses processos no próprio local e no espaço cultural onde essas manifestações acontecem.

Não acho essas posições dicotômicas. Se quisermos partir da idéia de fortalecer a diversidade cultural, isto é sobretudo fortalecer o exercício da cidadania, os processos de educação formal e a valorização da educação oral, que é própria das expressões culturais tradicionais – sejam indígenas ou não.

Por um lado, é fundamental que, na escola, esses conteúdos e práticas sejam conhecidos e valorizados, porque a escola tem um papel fundamental na construção do cidadão e nas práticas que esse cidadão vai desempenhar em relação à sua própria identidade e às demais identidades existentes na sociedade. Por outro lado, é fundamental que a escola se abra e procure outras formas de valorização do aprendizado, voltando-se para espaços e práticas onde as culturas acontecem efetivamente. Os mestres podem ir para a escola, conversar com professores e alunos e levar sua sabedoria, mas também é importante que os professores e alunos vão aos locais onde as expressões culturais acontecem. Dessa forma, a escola estará reconhecendo o mestre e a identidade das pessoas e daquela expressão cultural. Haverá uma valorização, perante os alunos, da cultura em que eles mesmos estão inseridos, com reconhecimento da importância da sabedoria que o mestre expressa. Ao levar as pessoas para viverem as experiências nos locais onde acontecem, haverá uma valorização da expressão. Além disso, mostraremos que o conhecimento também se faz através do sentimento, da sensação e da experimentação. Permitir que ambos os processos aconteçam é o exercício da cidadania.

Um dos exemplos interessantes é o que vem acontecendo no Brasil em relação às escolas indígenas, onde se pretende quebrar essa dicotomia entre a tradição oral e escrita, a educação formal e informal. Existem formas espontâneas que acontecem e que se alteram sistematicamente, mas, normalmente, achamos que é formal apenas aquilo que é próprio de nossa cultura.

Em relação à representação, há duas questões. Existe a representação que vem de baixo para cima: são representações de instituições que os próprios grupos culturais constroem para si e que, na maioria das vezes, são aceitas pelos poderes constituídos, sejam locais, estaduais ou federais. Um primeiro ponto, portanto, é de como reconhecer as representações tradicionais como legítimas representantes dos grupos, das comunidades ou etnias que constituem.

Por outro lado, esses grupos e etnias também têm procurado formas de representações próprias, buscando espelhar-se nas organizações reconhecidas pelo Estado. Há, como exemplo, as associações sem fins lucrativos. Quanto a isso, é importante o Estado colaborar na facilitação desse processo, e não na construção das entidades. Uma política de apoio à representação pode ser um exemplo praticado em vários locais, de estimular e financiar processos de capacitação de como se organizar, por exemplo. Essa pode ser uma forma de entidade, de a comunidade se articular, organizar e procurar formas de representação e defesa de seus direitos junto ao poder local, ao poder estadual e ao federal. Acredito que, se a comunidade é reconhecida enquanto representação, pode articular-se de forma associativa, quebrando o poder dos políticos locais, estaduais e federais na construção de conselhos que não são representativos de fato. Apenas a pressão de baixo pode permitir que esses conselhos sejam democratizados.

Em relação ao fomento, temos que pensar na forma de acesso aos recursos, pautar como podemos quebrar o monopólio do acesso a eles.

Aglaé D'Avila Fontes

Em relação à questão de inserir as culturas populares nos currículos, como levanta Sandroni, com a preocupação da ênfase excessiva sem significação efetiva, creio que esse fato se deve muito à preparação dos professores. A escola e o ensino, de modo geral, são muito fragmentados no Brasil. Existem momentos em que algo está na moda e depois não está mais e as escolas caminham no meio dessa ambivalência de temas. A escola, na realidade, é muito ligada ao fazer dever e não ao fazer prazer.

Quando o professor trabalhar temas como culturas populares, ele precisa ter consciência de que não pode trabalhar com a mesma metodologia antiga de apenas decorar as matérias, sem conscientização. A questão das metodologias é, portanto, muito importante para se pensar. Caso contrário, podemos cair nos mesmos erros anteriores de quando a educação artística entrou no currículo, sem que se preparasse ninguém, e se passaram dez anos em movimentos de arte e educação para corrigir essa falha. Estamos aqui com uma preocupação de como incluir a cultura popular no currículo

do ensino fundamental, médio e universitário, mas, para isso, precisamos preparar realmente a escola para assumir essa função de sensibilizar e tornar a aprendizagem um processo lúdico.

Carlos Sandroni

Em relação à questão da Nilcemar, ela é bastante ampla. Creio que as pessoas são pobres, não são valorizadas pela mídia, nem pelos jovens – que se baseiam em modelos da televisão. Os valores da sociedade atual não contribuem para um reconhecimento dos mestres como modelos para os jovens. No caso de Salvador, por exemplo, não conheço detalhes, mas os projetos não são feitos apenas com eleição da comunidade sobre quem será o patrimônio vivo sem preparação. São realizadas diversas oficinas de preparação, que propiciam que os jovens da região e os agentes culturais façam projeto de integração entre jovens e mestres da cultura popular. Assim, no bojo desse processo, espera-se que os mestres passem a ter um reconhecimento verdadeiro. Concordo com a posição do Maurício, de que não existe uma dicotomia, e concordo também que a chamada educação informal não é informal: nós é que não conhecemos sua forma. Ela pode nos parecer invisível, mas não quer dizer que seja inexistente, pois, se o conhecimento se transmitiu, é porque tem alguma sistemática de transmissão. Mas, contradizendo a questão do currículo, acredito que se dê uma ênfase exagerada às diretrizes. Se olharmos na página 164 do livro do Seminário, por exemplo, o segundo item fala da inclusão das culturas populares nos processos educativos formais e informais. Mas, quando se vê cada um dos itens, há uma predominância sobre currículos, o que leva a certa distorção. Isso é realmente importante, mas existem outras coisas ainda mais importantes.

Um exemplo é de duas cidades do sertão, Tacaratu e Arco-Verde, nas quais os mestres de cultura popular foram financiados para ensinar seus saberes para jovens da comunidade. Houve o apoio de uma instituição, que possibilitou que eles fossem pagos para ensinar da maneira deles, e a ONG da qual participo liderou esse processo, dando espaço para divulgação. Esses mestres, em torno de quatro horas por semana, ensinaram os jovens a tocarem pífano – e a forma não era problema nosso. Ficamos, inclusive,

na dúvida, porque parecia uma coisa bastante informal. Mas esse era o jeito deles, e foi bastante frutífero. Ou seja, essa experiência não teve relação com o currículo da escola formal, e foi uma experiência muito barata, que usou o espaço do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), suficiente para o trabalho dos mestres. Dessa maneira, uma série de crianças teve acesso prático aos ensinamentos e um contato prático com a cultura popular. Essa pode ser uma idéia interessante, diferente de dar aulas de cultura popular com professores que nunca tocaram pífano.

José Jorge Carvalho

Penso que estamos lidando com uma área dentro das humanidades. As culturas populares estão aí, marcadas por expressões como teatro, música, dança, artesanato etc. Mas partimos para a discussão sobre educação, onde deveríamos estar desde o primeiro momento, porque não podemos separar. Quando falamos de culturas populares, estamos, na verdade, fazendo uma reflexão sobre educação. Concordo com a Laís, e gostaria de enfatizar que o poder da escola é grande, visto que ela é o aparelho ideológico de Estado que procura fazer algum contraponto a outros aparelhos ideológicos bastante poderosos, como a própria televisão. Há um poder sobre as humanidades nessa área da cultura em geral. Em relação às culturas populares na escola, penso o oposto do que o Paulo propõe. As culturas populares devem ser várias disciplinas. Quantas disciplinas temos hoje de cultura erudita? Nós temos vários processos formais de aprendizagem de cultura européia, em todas as artes, na literatura, no teatro, nas artes plásticas, na música etc, e em vários graus, tanto no ensino médio como no superior.

A cultura é um ponto da criação minoritário na escola; não conseguimos criar a cultura européia como eles fazem, nunca conseguiremos ter igual produção, ou seja, seremos sempre subalternos na cultura erudita. O que temos de dominante aqui são as expressões das culturas populares, que atualmente estão fora da escola. Há uma sub-representação das transmissões culturais locais brasileiras em nosso currículo escolar, o que nos leva a formar jovens sem sensibilidade. Com nosso modelo de educação, geramos jovens que não conseguem ter diálogo com as culturas populares, ou seja,

uma elite que desconhece e reproduz um eurocentrismo sem vínculo afetivo, já que desconhece por completo as culturas populares.

Em diversos debates indígenas, levanta-se o caso do Acre, do Rio Negro, onde se diz que a escola não está só na sala de aula: ela está acontecendo fora dela, nas aldeias indígenas. Mas como poderíamos pensar nisso? O conteúdo de nossos cursos eurocêntricos não acontece apenas dentro das escolas: estende-se para os cinemas, quando os alunos assistem a filmes de Hollywood, continua na Globo, onde assistem a novelas, ou na Jovem Pan. E esse processo se estende no vestibular, quando caem perguntas sobre a cultura virtual ou a arte da terceira revolução industrial, e em nenhum momento os alunos aprendem sobre a cultura popular. Assim, temos que ver que a escola também tem seu lado informal, mas como é hoje, não enfatiza esse lado das comunidades, do conhecimento fora da escola formal ou da mídia. Temos, portanto, que lutar para colocar esses espaços numa posição de prestígio.

Hamilton Faria

Algumas pessoas falaram sobre conselhos ou tocaram neste tema. Hoje, por exemplo, os conselhos de cultura têm poucos resultados, problemas de enraizamento local e representações mínimas. Mas, mesmo assim, no interior dos conselhos deve haver a presença das culturas populares, mesmo com essa tensão vinda dos diversos ritmos de construção.

Em São Paulo, a Secretaria da Cultura praticamente não atende às demandas das culturas populares. É importante que os representantes das culturas populares estejam presentes nos conselhos.

É importante avançar, caminhar no sentido de desenhar questões dessa realidade. Se a escola precisa mudar, por ter sempre as mesmas crises, ser eurocêntrica e branca, ela ainda é um centro do saber e tem peso na comunidade. É importante o fortalecimento ou a presença no currículo das culturas populares, inclusive com uma idéia mais transdisciplinar. A lei dos mestres (Ceará), por exemplo, é uma experiência interessantíssima de fomento e poderia ser levada aos diversos municípios brasileiros e multiplicada, para que o mestre tenha condição de fazer aquilo que sempre fez: difundir sua arte.

Zulu Araújo

O espírito que colocamos para esse evento é de refletir coletivamente e dialogar com a sociedade civil para não perder o referencial de que nós, do Minc, somos agentes políticos do Estado e possuímos limitações para conseguir manter um diálogo transparente, sincero e voltado aos resultados necessários. Ressalto que minha fala é de um representante do Governo Federal e, conseqüentemente, traz as limitações impostas pelas condições políticas, ideológicas e materiais.

Seria necessário começar todo esse processo a partir de um balanço do próprio Minc sobre a Carta das Culturas Populares, que tem um conjunto de itens e recomendações feitas ao Ministério e sobre os quais tentamos nos debruçar e criar ações durante este ano. É importante ressaltar que estamos fazendo um trabalho constante para conseguir aumentar nossas ações e muitas coisas já foram realizadas, embora tenhamos poucos recursos (vale lembrar que tradicionalmente o Estado não dá muito valor às questões culturais).

Assim, temos que ter sinceridade também em contar as limitações e obstáculos que estamos tendo para implementar as ações, sempre dialogando com as necessidades que vocês, enquanto sociedade civil, têm. Esse processo de sinceridade é o que permite o surgimento de uma nova relação interna do Ministério da Cultura com os demais Ministérios e com a sociedade civil.

É importante também criar um diálogo que permita explicitar as diferenças. Nós, do Minc, por exemplo, adotamos uma posição de não utilizar a terminologia de folclore e considerar o conceito Cultura Popular diferente de folclore. Não adotamos, portanto, o folclore como instrumento conceitual ou referencial.

Além disso, estamos tentando desconstruir a idéia de que há, por um lado, nós, os representantes do Estado e, por outro, a sociedade civil. Devemos realizar encontros com as pessoas que já têm um amadurecimento e uma reflexão aprofundada e ser mais flexíveis na forma de diálogo.

Sebastião Rocha

Sou folclorista por necessidade e mineiro por sorte. Há 25 anos, quando era pró-reitor de extensão da UFOPI (Universidade Federal de Ouro Preto), numa reunião com o Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, falávamos sobre essa escola da crise. Naquele momento, estavam presentes várias universidades e eu falei que conheço uma escola nesse país que nunca teve esse problema: a escola de samba. Nunca ouvi falar em greve, em currículo, em nada nessa escola. Mas a assessora não gostou e disse que eu não entendia nada de escola e de samba, que a escola tinha disciplina (mas na escola de samba tem o diretor de harmonia) e, por fim, ela, não satisfeita, perguntou se eu achava que o Joãzinho Trinta deveria estar no lugar do secretário de educação. Eu disse que de jeito nenhum, mas que ele deveria ser o reitor da universidade brasileira, porque, através de uma escola de samba, ele mudou uma cidade. Mas parece que desde aquele tempo as pessoas não quiseram aprender, porque continuamos a não reconhecer a escola de samba como a grande escola desse país.

Questiono-me se seria possível fazer educação sem escola. Isso é possível, se tivermos bons educadores, que são aqueles capazes de contribuir para um processo de formação plural de aprendizagem, e eles estão em todos os lugares. Estive em Moçambique aprendendo com os velhos moçambicanos que, para educar uma criança, é preciso toda uma aldeia.

Há 20 anos trabalho com jovens e nunca precisei falar que isso é folclore, que aquilo é artesanato, porque isso é categorização e não interessa se a pessoa sabe classificar ou diferenciar o erudito do popular. As pessoas têm que vivenciar de tudo, beber de todas águas. Como diria Guimarães Rosa, “uma religião pra mim é pouca, eu quero rezar em todas”. Isso é possível, se nos mobilizarmos verdadeiramente.

Quando pensamos que o Estado deveria cuidar das políticas públicas para culturas populares, temos que pensar no atacado, e fazer coisas inovadoras. Há 15 anos, um exemplo disso foi o Estatuto da Criança e do Adolescente, que permitiu tentarmos fazer um mundo melhor fora do papel. Podemos pensar em fazer um estatuto das culturas populares, administrado pelos conselhos municipais e, inclusive, pensar que cada município deveria ter um conselho tutelar das culturas populares e que o Ministério

Público pudesse administrar ou discutir efetivamente o que poderíamos ter em difusão, fomento e representação em todos os níveis. Isso seria baseado em um marco legal de princípios éticos e constitucionais. Podemos ter experiências de conselhos tutelares paritários, que ainda assim sofreriam as influências de prefeitos, vereadores e todos os conflitos de poder, mas teríamos uma instância legal.

Sobre as universidades, como o José Jorge disse, temos que colocar as culturas populares dentro delas, ou continuaremos discutindo apenas nesses espaços. Precisamos fazer uma mobilização com a sociedade, como fizemos com a questão das crianças e dos adolescentes. Podemos usar o princípio da sociedade como marco zero da cultura popular e construir, a partir disso, o estatuto das culturas populares.

Francisco Gregório Filho

No ano passado, participei do *Seminário de Culturas Populares*. Nos banquetes de que costumo participar nas comunidades, nas famílias, há coisas boas, excelentes, e às vezes tem uma coisinha: um tomate que não estava bom naquela mesa de fartura. São momentos geradores de graves bens que fecundam. No ano passado experimentei desse encontro brasileiro. Participei de um pedaço. Eu estava no Rio Branco, Acre, e eu voltei em estado de graça com o Brasil e alguns exemplos.

O Acre tinha uma delegação que voltou eufórica, contente, e voltou também exigente, crítica, querendo participar com mais eficácia. Tinha já experimentado um momento dessa gestão. Na área cultural do Aluísio Magalhães, pernambucano, desencadeou no Brasil um programa chamado Integração da Educação por Diferentes Contextos Culturais.

E mesmo hoje aqui eu chego bem acolhido. Já contei uma história do mito do jabuti, da onça, dos povos da Amazônia, da floresta. E encontrei pessoas conhecidas daquele tempo. Encontrei Tião, Aglaer, Laís e Oswald, pessoas daquele período do Aluísio Magalhães. Com esse programa no País, participei do projeto Seringueiro, que era do Chico Mendes, com o projeto dos ferroviários no Mato Grosso do Sul, projeto da comunidade indígena Dijuí, dos Ticunas, no Amazonas, dos *Yaonaá*, do Acre, no Mato Grosso dos assentamentos,

Bahia, do Sergipe dos Bonequeiros e desse projeto de educação, de integração. O projeto trabalhava com as linguagens artísticas plurais e populares.

Expericiei nesse encontro no ano passado a mesma oportunidade que eu tive há mais de vinte anos atrás, com Aluísio Magalhães. Tião, Aglaer, Laís e Oswald Barroso também são dramaturgos, educadores.

A educação é impermeável; assim, não dá para se trazer também para as rodas as conversas da educação. Está tão endurecida que não há essa permeabilidade das conversas, dos encontros. Eu quero registrar esse momento que participei com Aloísio Magalhães e espero continuar participando desta proposta de cultura popular.

O Tião fala do estatuto, de combinar nesse estatuto as experiências que já surgiram, que estão nos documentos e que podem ainda acrescentar, melhorar.

A Laís falou do Paulo Freire e nós estamos em estado de aprendizado. Eu tive como referência o seguinte fomento: a criação e a produção, o estado de criar, organizar, produzir a fruição, promover o acesso, a distribuição, transitar a mediação que são as práticas para educar, para melhor degustar essa criação. O registro é a permanência da difusão, que é o trabalho com os comunicadores e os canais sensoriais abertos para as forças das linguagens artísticas, que conheci e comecei a admirar com o Flávio Rangel: foi sua parceira a Ariclê Perez, que acabou de fazer sua passagem deste mundo para outro. Estou um pouco emocionado com isso. Ela trabalhou na Globo, no cinema brasileiro, no teatro. Era uma referência de pessoa lutadora nos encontros da Aldeia Marco Zero, estava sempre presente nas lutas.

Vinício de Oliveira

Por que se está discutindo isto aqui? Por que o Ministério está querendo difundir a cultura popular? Por que o estado brasileiro está querendo fomentar a cultura popular? E por que está querendo registrar a cultura popular? Com que intuito?

Se for para gerar emprego, o Ministério está querendo divulgar, estimulando a produção popular, o que faz com que os produtores tenham mais uma forma de ganhar dinheiro.

Também pode ter o intuito de divulgar a cultura popular para mostrar um Brasil para fora, além do que se tem mostrado, ou seja, valorizar o produtor e elevar a auto-estima do povo. Se for para discutir ações, para que diálogo? A gente vai executar essas ações que vão resultar em quê, exatamente?

Concentramos a discussão na valorização e na construção da identidade e da educação na formação do indivíduo. Se for essa questão, aos 25 anos eu me sinto perdido. Para ganhar dinheiro hoje e ser reconhecido socialmente, tenho que estar formado numa universidade, com mestrado, com doutorado. E como pretendo ser um produtor cultural, penso: como posso viver do que faço, viver de ensinar, de produzir, sem ter que ir a uma universidade? Para poder legitimar o produtor popular, tem que ser criado um sistema que o valorize e nós achamos hoje que o que vai valorizar é a universidade.

No seminário, José Jorge defendeu a entrada das culturas populares nas universidades e eu levantei uma questão sobre isso. Por que, para valorizar o cidadão pelo que produz, ele deve estar inserido na universidade? Estamos tentando encaminhar a discussão para dentro de um segmento que seleciona, discrimina, classifica, ao invés de deixá-lo onde está e reconhecer seu trabalho – porque se alega a falta de metodologia e de ciência.

Mas os produtores não estão ali para pensar a sociedade. Estão ali para produzir cultura, para se relacionar com seus filhos, para poder ganhar dinheiro e botar comida em casa, para ser um brincante. Quando o produtor não consegue colocar comida em casa através do seu trabalho, então ele tem que procurar algum meio. Muitos artesãos não o são porque querem, mas por necessidade, porque precisam vender o que fazem. Às vezes um hobby tem que virar trabalho para gerar renda. E queremos legitimar esse cidadão com o olhar do universitário, do cientista, do pesquisador, mas isso é uma loucura.

Carlos Sandroni

As culturas populares se transmitiram até hoje por seus próprios métodos, que não conhecemos muito bem, mas se nos detivermos um pouco mais em cada uma delas, podemos identificar algumas maneiras próprias. Um exemplo disso é o Cavalo-Marinho de Pernambuco. Quando as crianças

começam a participar, elas ficam no papel de Arlequim, papel mais simples. Mas, depois de algum tempo, passam para outros papéis mais complicados, como do Galante, mesmo assim sem falas. Apenas depois de algum tempo é que ganham algum papel de fala. Ou seja, as crianças aprendem aquilo de uma maneira sistemática.

O mesmo processo acontece nas religiões populares. Há rituais nos quais as pessoas aprendem os cânticos, os procedimentos. As culturas populares, portanto, têm suas próprias formas de transmissão e, em alguns casos, esses procedimentos sofrem determinados cortes – seja de pai para filho, quando o filho não se interessa mais, seja nos valores predominantes, que não são valorizados pelos mais jovens. Em Pernambuco, facilitamos essa transmissão com uma remuneração aos mestres populares, para que eles façam o que fariam com seus filhos, mas que eventualmente pode não lhes interessar. Pensamos, então, em instâncias fora do contexto original, que podem, em alguns casos, ajudar a favorecer uma transmissão de algo que se considera com valor.

Outra questão é em relação ao folclore. Diversas vezes presencio uma discussão sobre o tema, com uma certa reação contra a idéia do folclore. Confesso que não gosto muito dessa posição, que tem, a meu ver, um ponto fraco, já que muita gente hoje se identifica com a palavra folclore. No nível de mediadores das comissões de folclore existentes no Brasil, muitas pessoas definem o que fazem como sendo folclore, e não vejo nenhuma razão para desdizê-los. Se eles definem o que fazem como folclore, não devemos dizer que não é, pois entramos em uma disputa com muita perda de energia e conflitos entre pessoas que estão querendo fazer o mesmo tipo de coisa. Os folcloristas, antropólogos, etnomusicólogos e muitos outros têm diversas coisas para trabalharem juntos, que são mais relevantes do que discutir a terminologia em relação a isso.

Joãozinho Ribeiro

Falo depois desta sinfonia que estamos tentando construir, desses cantos múltiplos de cores saberes e sabores. Essa harmonia que estamos tentando alcançar aqui não deve acontecer graças às nossas diferenças, mas apesar das nossas diferenças.

Outro ponto é que o relatório da ONU de 2004 agregou o IDH. Nesse índice, que usamos bastante para qualificar os municípios, estão integradas a saúde, a educação e a cultura, que agora é obrigatória. Além disso, grande parte dos municípios brasileiros tem até outubro de 2006 para fazer seus planos diretores, o que tem grande relação conosco, porque esses planos diretores devem integrar a cultura e identificar os usos e as vocações da geografia humana e urbana. Mas onde fica a cultura nesses planos?

E na questão do IDH, isso vai levar à idéia da elaboração desses índices, que foram apontados e referendados na Agenda 21 da Cultura, no Fórum Universal das Culturas, em Barcelona. Grande parte dessa discussão, inclusive, desembocou na Convenção da Unesco de 2006, em Paris.

Outra questão para levarmos em conta é a representação dos conselhos municipais de cultura. Em São Luís, fizemos, há mais de dez anos, um fórum de cultura da sociedade civil, que daria todas as dicas das discussões políticas etc. Nós tivemos a oportunidade de fazer o conselho municipal; a experiência não funcionou e o conselho foi desfeito, sendo reconstruído depois da conferência de cultura, em um processo democrático.

Integrei a comissão que elaborou os critérios para reconstruí-lo e, na semana passada, em uma plenária bem representativa, apresentamos um novo desenho. Nele colocamos uma questão interessante: duas vagas para o saber notório (o notório não é aquele tradicional) e uma vaga para o saber acadêmico e para o saber popular. Não sabemos ainda bem o que será isso, mas está lá. Tudo foi pactuado, discutido, sem traições e com bastante sinceridade.

Outra questão é sobre os mestres. Tive oportunidade de conhecer um grande mestre, João Batista do Vale. Ele dizia que nesse negócio do mestre, de sabedoria, deveríamos trabalhar bastante com o verso como instrumento didático. Estamos o tempo todo tratando dessa história do mestre que faz cultura e do mestre que estuda, dizendo que não queremos ter essa separação. Mas, muitas vezes, no discurso, acabamos fazendo uma porção de rachaduras.

João do Vale contava a história das escolas públicas, que, no tempo dele, tinham vagas limitadas. Ele perdeu a vaga para o filho de um coletor e foi mandado para a cidade de Pedreiras, único lugar onde havia vaga. Mas seu

filho precisava estudar e João do Vale teve que sair. Essa história se transformou num dos versos mais bonitos desse país. Ele dizia: “Não puderam estudar e nem sabem fazer baião”.

Vou fazer aqui um papel de advogado do diabo: e se todos estudassem? Será que continuariam querendo fazer as mesmas coisas naquela comunidade? Como Sandroni disse, se o filho do mestre do maracatu não quiser mais fazer maracatu, será que o vizinho vai querer?

João do Vale também deixou outra frase linda: “A ciência da abeia, da aranha e a minha.” E ele não precisou estudar para isso. Não precisou de escola, mas a ciência dele, “da aranha e da abeia”, continuamos desconhecendo. Existem muitas “abeias”, aranhas e homens Batistas do Vale nesse país. E vamos por muito tempo continuar desconhecendo sua ciência.

José Jorge Carvalho

As culturas populares desafiam nosso modelo civilizatório. Desafiam a maneira de defender sua presença nos espaços dos jovens, dos adolescentes, da civilização mecânica, da tecnologia, da relação com o ambiente, da relação com as mãos, com a realidade. Devemos, por inúmeras razões, continuar defendendo com veemência a presença das culturas populares nos espaços de prestígio, de poder, de disseminação e de difusão. Quero perguntar, talvez para que a gente não caia no perigo do irracionalismo, se, na medida em que o mundo do poder é um mundo degradado, nós vamos deixar as culturas populares fora do mundo do poder para que fiquem preservadas? Seria melhor ou pior? A versão me parece do credo romântico.

O Vinício questionou por que o Minc estaria discutindo essa cultura popular? E a resposta é: porque ela é importantíssima. Tem sabedoria, arte, conhecimento, alternativas de modo de vida, alternativas de saberes que estão sufocados, silenciados, discriminados, que são vítimas de preconceitos – e tudo isso dá inúmeras razões para ser recolocada a discussão.

O Gregório perguntou quem são os educadores: não sei. O mundo universitário evidentemente é um mundo de muito poder, uma corporação muito poderosa e feroz. Em nosso caso, até pela característica específica de ser periférica, a academia se tornou inclusive menos democrática, me-

nos permeável à sociedade do que em outros países. Justamente por ser a nossa academia periférica e ter uma elite pequena que a controla, ela é defensiva e não permite fácil acesso.

Entendo que é preciso quebrar isso o mais rápido possível, quebrar essa torre de marfim do mundo acadêmico.

A questão sobre se vai se vender um Brasil para fora, nós já discutimos. Mas, ao invés de colocar em termos contraditórios essa questão, eu teria uma visão dialética, que seria a seguinte: quando se diz que a universidade está discriminando a universidade, na verdade, a sociedade também discrimina, também é preconceituosa. Mas, nesse ponto, discordo da visão do Joãozinho. Ele diz que o mestre não é cientista, que ele não está aí para pensar a sociedade. Acho que ele é, sim, um cientista e que está, sim, para pensar a sociedade e por isso o mestre pode estar dentro das universidades.

É importante lembrar que a história das universidades foi simultânea à eleição de alguns saberes e à desvalorização de outros. Essa história é dos últimos trezentos anos, e é muito curta perante a realidade. Durante todo esse tempo, foram sendo censurados e filtrados diversos saberes – inclusive com intenso papel da Igreja Católica. A arte também foi bastante censurada nesse processo, como a própria arte erótica da qual Dona Teté falava. Em uma sociedade onde o poder está concentrado e que passa pelo mundo universitário colocar a discussão de inserir os mestres nas universidades, é apostar para que eles sejam as pontas-de-lança entre outras ações de apoio à comunidade. A discussão pode fracassar, mas não vejo outra possibilidade, neste momento. A idéia, portanto, seria de minar de dentro, de minar o mundo universitário, que é um sistema autoritário, elitista e racista.

Hamilton Faria

Em relação às conversas desta tarde, veio à minha mente aquela frase bastante conhecida do poeta Antonio Machado: “Caminante, no hay camino, se hace el camino al caminar”. Temos um conjunto de temas que circularam nas discussões de hoje, alguns históricos, outros inéditos no processo de construção da cultura popular. Alguns de nós viveram o processo

de discussão das culturas populares nos anos 1960 e acredito que uma série de desafios colocados hoje para essa construção não estavam lá, de forma que há um processo crescente.

Quando debatemos questões a partir de falas inspiradoras, vem um conjunto de ordens de problemas que podemos tentar enumerar. Uma das questões mais transcendentais, por exemplo, que envolve os novos modelos civilizatórios, é o poder de encantamento das culturas populares e o desencantamento do Estado, e também a questão do sagrado e do espiritual na construção das culturas populares.

Há também uma série de debates de caráter conceitual que veio à tona. A questão da apropriação das culturas populares pelo imperialismo, pelas indústrias culturais, por exemplo, é um tema fundamental, assim como o da desqualificação dos processos culturais, da relação da cultura com a escola etc. Temos que responder qual o papel da escola. Como ela reinventa a sociedade a todo o momento e como ela se relaciona com a população? Sobre o folclore também, o que ele é, afinal? É importante ou não qualificá-lo?

Há algumas questões de ordem prática que circularam, como: o conselho tutelar das culturas populares; nossa intervenção nos conselhos municipais de cultura, nas conferências e nos planos diretores; o papel de fortalecimento das organizações de base das culturas populares e sua relação com o Estado.

Foram também enfatizadas algumas questões de ordem metodológica, que podemos dividir em dois caminhos: um é a própria construção do *Seminário das Culturas Populares* e a construção deste trabalho aqui e o outro é o das relações do Minc com a sociedade, dos discursos, dos programas do Minc, seus limites, seus desafios, sua transparência, sua postura nas relações etc.



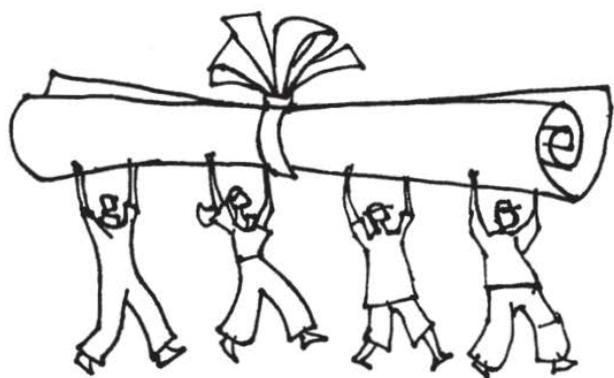
LISTA DOS PARTICIPANTES



- Adriano de Angelis** TV Brasil Radiobrás
- Agláé D'ávila Fontes** Secretaria de Cultura – Sergipe
- Américo Córdula** Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural/ MinC
- Ana Maria Villalba** Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural/ MinC
- Andrea Falcão** Fórum de Culturas Populares e Patrimônio Indígena do Rio de Janeiro
- Angela Mascelani** Museu do Pontal – RJ
- Arnaldo Vicente da S. Filho** Movimento Negro Unificado – PE
- Carlos Sandroni** Universidade Federal do Pernambuco
- Carminha Lins** Representação Regional do MinC Nordeste
- Cláudia Márcia Ferreira** Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular
- Edegar Pereira Barboza** Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – Nativista/ RS
- Eduardo Rombauer** Instituto Pólis
- Zulu Araujo** Fundação Palmares
- Eliomar Carlos Mazoco** Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo – ES
- Flávia Galiza** Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural/ MinC
- Gabriela Lotta** Instituto Pólis
- Gê Vítor** Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural/ MinC
- Gilson Packer** SESC
- Hamilton José de B. Faria** Instituto Pólis
- Heliana Marinho** SEBRAE – RJ
- Ilalê Garcia B. de Mello** Fundação Palmares
- Joana R. O. Correa** Fórum de Culturas Populares e Patrimônio Indígena do Rio de Janeiro
- João Batista R. Filho** Fórum Municipal de Cultura de São Luis – MA
- José Jorge Carvalho** Universidade Nacional de Brasília
- Jumá Barbosa** Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro



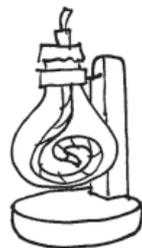
- Laís Fontoura Aderne** Unb–ECOMUSEU
- Marcelo Manzatti** Fórum Paulista de Culturas Populares
- Maria De Fátima Fróes** Fundação Gregório de Matos – BA
- Maria José Chaves Ramos** Consultora de Culturas Populares
- Maria Virginia Casado** UNESCO
- Maurício Fonseca** Fórum Paulista de Culturas Populares
- Nilcemar Nogueira** Centro Cultural Cartola – RJ
- Oswald Barroso** Secretaria de Estado de Cultura do Ceará
- Oswaldo Ferreira Almeida Jr.** SESC SP
- Paula Simon Ribeiro** Comissão Nacional de Folclore – RS
- Gregório Filho** Paço Imperial – RJ
- Raimundo Nonato das Neves** Associação São Jorge Filho da Goméia – BA
- Ricardo Lima** Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural/ MinC
- Ronaldo Santos** CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- Rúbia Goreth Almeida** Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém
- Sebastião Rocha** CPCD – MG
- Sérgio Sampaio** Instituto Pólis
- Sérgio Mamberti** Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural/ MinC
- Silvana Meireles** Secretaria de Articulação Institucional – MinC
- Tereza Cristina C. Pereira** Associação de Amigos da Cultura da Região de Januária – MG
- Vinício de Oliveira** Teatro Vila Velha – BA
- Wagner Campos** SESC Nacional



**PROPOSTAS FORMULADAS E
APROVADAS EM PLENÁRIA**

FOMENTO

1. Como incentivar a união, os estados e os municípios a terem um papel ativo no fomento das culturas populares?



Propostas e Recomendações

1. Fortalecer o papel das culturas populares no Sistema Nacional de Cultura, estendendo a representação já garantida no Conselho Nacional de Política Cultural aos Conselhos Estaduais e Municipais, com vistas à participação na definição das políticas e na destinação dos recursos;
2. Constituir a Câmara Setorial das culturas populares;
3. Constituir o Fundo Nacional de Fomento às Culturas Populares;
4. Garantir, no âmbito da Lei Rouanet: (a) a destinação de 10% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura para as culturas populares; (b) a criação de assento das culturas populares na CNIC; (c) a formalização de uma área específica de enquadramento intitulada “Culturas Populares”, com 100% de dedução fiscal no mecanismo do mecenato;
5. Estimular a criação de Linhas de Financiamento a fundo perdido junto aos Bancos Públicos nacionais (Caixa, BB, BNDES) e internacionais (BID, BM, BIRD) para prefeituras, governos estaduais e governo federal, que estabeleçam Programas de Fomento às Culturas Populares, com orientação e fiscalização dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federal de Cultura;
6. Estimular a criação de Linhas de Financiamento junto aos bancos públicos, privados e internacionais para cooperativas, empresas e associações com atuação na área das culturas populares. Para a garantia de juros baixos, instituir um fundo garantidor que avalize o empréstimo, a exemplo das PPPs;
7. Sensibilizar e articular junto às empresas estatais a definição de programas e linha de financiamento com recursos específicos para as culturas populares (a exemplo do Programa Petrobrás Cultural);
8. Sensibilizar e estimular as empresas privadas a aportarem recursos de responsabilidade social nas culturas populares;

9. Prever na implantação de projetos empresariais a apresentação de Relatório de Impacto Cultural, além do Ambiental, visando à definição de condicionantes quando o projeto afetar a área da Cultura;
- 9.1. Defender um assento para um representante das culturas populares nos Conselhos de Meio Ambiente e em outros conselhos como Turismo e Educação;
10. Elaborar um Programa Nacional de Culturas Populares, de maneira participativa, a partir dos documentos produzidos no Seminário das culturas populares e da Oficina de Planejamento;
- 10.1. As experiências de diversas regiões do país e de outros países podem servir de base para a formulação do Programa e de consultas junto à sociedade civil;
- 10.2. Criar políticas e ações que mobilizem a sociedade civil;
- 10.3. Garantir que as ações de outros órgãos de governo (meio ambiente, turismo, educação, saúde, comunicação, trabalho, comércio etc.) contemplem, de forma articulada, os interesses das culturas populares;
- 10.4. Constituir um grupo de trabalho com atores de diversos órgãos governamentais e para-governamentais, que pensem a transversalidade das políticas públicas relacionadas às culturas populares;
- 10.5. Identificar e Mapear as culturas populares de cada microrregião para subsidiar a elaboração de programas municipais, estaduais e nacional;
11. Reconhecer a importância das culturas populares (campanha, valorização, mobilização de interlocutores políticos e sociais estratégicos);
12. Priorizar as ações de salvaguarda no Programa de Patrimônio Imaterial. Os inventários devem ser feitos em parceria com os pesquisadores, especialistas de instituições locais e mestres, aproveitando informações existentes;
13. Recomendação: até 2010 implantar pelo menos um Ponto de Cultura em cada município;
14. Criar, em âmbito nacional, um suporte para as experiências de educação formal, envolvendo mestres de ofício, por meio de lei que instale um subsistema de educação e cultura para o desenvolvimento sustentável (envolvendo ecologia humana, ambiental e social).

2. Como ampliar e facilitar o acesso dos grupos de culturas populares aos recursos públicos?



Propostas e Recomendações

1. Garantir a representação das culturas populares nos Conselhos, que gerem os recursos públicos destinados à cultura;
2. Estimular e facilitar a organização dos grupos de culturas populares afins em entidades representativas;
3. Capacitar estes grupos para acessar as informações, elaborar os projetos e gerir os recursos. Identificar parceiros que possam auxiliar neste processo (exemplos: Sistema S, Fóruns de Cultura Popular, Comissões Estaduais de Folclore, Universidades, Ecomuseus);
 - 3.1. Respeitar as particularidades e as especificidades das culturas populares;
 - 3.2. Capacitar os agentes das culturas populares para utilizar os recursos ambientais de maneira sustentável;
4. Criar, no âmbito ministerial, uma instância de coordenação para o trabalho de capacitação, consultoria, assessoria e acompanhamento de grupos e mestres populares, na viabilização técnico-financeira de ação de projetos culturais;
5. Incentivar a produção de materiais solidários que ajudem outros grupos a desenvolverem projetos e acessarem recursos;
 - 5.1. Possibilidade: desenvolver vídeos explicativos e outros materiais didáticos de como elaborar projetos na área de culturas populares e de como acessar e gerir recursos na área;
6. Identificar e propor mecanismos de fomento que dialoguem com a realidade dos grupos de culturas populares;
 - 6.1. Criar um grupo de trabalho específico, via portaria ministerial, para a realização deste trabalho de desburocratização. É importante ter representantes da Receita Federal, do Fomento, da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID), da Consultoria Jurídica, entre outros;
 - 6.2. Atentar para a criação de formulários simplificados para apresentação de projetos de grupos de culturas populares, cuja veracidade das informações possam ser atestadas por uma comissão do Poder Público local;

- 6.3. Estudar a experiência da Fé Pública para avaliar os grupos de culturas populares;
- 7. Desenvolver premiação para iniciativas de culturas populares;
- 8. Criar um Plano de Divulgação das iniciativas do Minc na área das culturas populares, utilizando meios de comunicação de massa mais adequados à realidade dos grupos de culturas populares;
- 8.1 Editar um “Jornal da Cultura Popular” com as iniciativas do Minc e da sociedade. O Jornal deverá ser gratuito, publicação periódica e com distribuição em larga escala. Também deverá ter a sua versão *on-line*;
- 8.2 Edição de VTs e de Spots para divulgar as iniciativas e o Jornal.

3. Como tratar a geração de renda nas culturas populares?

- **Como abordar a questão das culturas populares na economia da cultura?**
- **Qual o percentual de participação das culturas populares na economia da cultura? Como medir?**
- **Como promover a interação entre cultura, educação, meio ambiente e saúde no fomento das culturas populares?**



Propostas e Recomendações

- 1. Estudar mecanismos de proteção à imagem dos grupos de Cultura Popular;
- 2. Incentivar a patente de festas populares por associações civis ligadas às culturas populares;
- 3. Incentivar a criação de Fundos Coletivos em festas populares e de um fundo para as festas, considerando que as festas populares movimentam recursos que não chegam para os grupos de culturas populares;
- 4. Criação de auxílio financeiro, como bolsas para mestres populares de notório saber, voltados ao apoio da produção cultural e à transmissão de saber;
- 4.1. O Projeto Griô (Cultura Viva) poderia servir de referência neste sentido;
- 5. Constituir um núcleo permanente de pesquisa sobre a Economia da Cultura, com atenção particular às culturas populares na esfera federal e

- que se articule com as demais esferas governamentais e as instituições de pesquisa;
- 5.1. Encomendar uma pesquisa para levantamento de dados da Economia da Cultura Popular;
 - 5.2. Levantar, analisar e divulgar as pesquisas já existentes na área;
 6. Exigir, em projetos que recebem apoio do Minc, proporcionalidade de destinação de recursos aos artistas populares, em relação ao total de despesa;
 - 6.1. Estudar melhor esta proposta, para que ela não exclua os grupos de culturas populares;
 7. Estimular de forma permanente a organização de grupos autônomos em entidades, ligas (regionais), associações etc;
 8. Festeiro (produtor das festas) é quem de fato mobiliza os recursos necessários. É um ator estratégico. O SEBRAE tem feito trabalhos interessantes junto a estes atores. A Casa da Cultura da América Latina também tem experiência nessa área;
 9. Espaços físicos e materiais poderiam ser emprestados. (Comodato);
 10. Regularizar os trabalhadores informais das festas;
 11. Inserir as culturas populares nos debates de Economia Solidária e de Comércio Justo – áreas que já têm grande acúmulo na questão da geração de renda para grupos com particularidades semelhantes aos de culturas populares;
 - 11.1. Buscar acúmulo destas áreas;
 12. Capacitar os atores culturais das comunidades para a auto-gestão de seus negócios;
 13. Recomendar a previsão nos projetos de pesquisa que envolvam as culturas populares; recursos para retorno da pesquisa aos grupos pesquisados;
 - 13.1 Divulgar iniciativas bem sucedidas nesta área.
 14. Fazer um encontro de mediadores para tirar uma Carta de Princípios que oriente a questão dos direitos autorais coletivos, da contrapartida, da capacitação etc;

15. Estabelecer contrapartidas para as comunidades, considerando as formas de benefício;
16. Recomendação geral: priorizar a questão de gênero, raça e etnia nas políticas públicas.

REPRESENTAÇÃO

- 1. Que tipo de organização institucional as culturas populares devem ter nas três esferas de governo? Como garantir a legitimidade de representação nestas instâncias?**



Cenário nacional:

- O Sistema Nacional de Cultura está em desenvolvimento.
- Protocolos de intenções acordam com Estados e Municípios a existência de organismos específicos de cultura; conselho de cultura e criação de fundos de cultura.

Proposta 1: Atrelar repasse de recursos federais ao protocolo de intenções, com garantia de que os conselhos estejam ativos.

Proposta 2: Informar e capacitar atores do processo sobre:

- O que são conselhos: como se organizam, qual a sua importância e suas atribuições etc.
 - Os Fundos de Cultura e suas aplicações legais.
 - Qual o papel da sociedade civil e poder público neste processo.
 - Como realizar planejamento estratégico.
-
- O **Conselho Nacional de Cultura** está em processo de implementação e tem 1 vaga para culturas populares; a vaga será ocupada por um

membro indicado por lista tríplice pela sociedade civil, por ainda não existir uma instância nacional de representação.

- Está em discussão qual será a instância nacional que representará as culturas populares: câmara setorial de cultura popular, fórum nacional ou outra. Entre as atribuições, esta irá indicar, futuramente, o representante das culturas populares no Conselho Nacional de Cultura. O momento de definição da instância será no *I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares*.

Proposta 3:

- Criar um Fórum Nacional Permanente das Culturas Populares.
- Composto por Fóruns Estaduais, que são formados por representações dos conselhos municipais.
- Incorporar assentos de culturas populares em todas as câmaras setoriais de cultura. Os nomes seriam indicados com apoio do Fórum Nacional Permanente das Culturas Populares.

2. Como facilitar a articulação e organização de grupos, movimentos e manifestações das culturas populares?

- MinC está realizando seminários, oficinas, grupos de trabalho, cursos para elaboração e gestão de projetos.
- Conselhos serão espaços para esta articulação.
- Governos estaduais e municipais também são responsáveis e devem comprometer-se na construção de ações e programas para esta articulação.

Propostas:

- Estabelecer parcerias entre o poder público, universidades, grupos, entidades culturais, trabalho voluntário e ONGs, tendo em vista a preservação e difusão das expressões culturais;
- Mapear e cadastrar as expressões das culturas populares;

- Sensibilizar e mobilizar as comunidades culturais para que se organizem;
- Promover encontros e discussões para troca de experiências;
- Capacitar os grupos para legalização dos mesmos.



3. Como dialogar com as religiões, visando ao respeito à cultura popular?

Recomendação geral: O Estado deve ater-se à constituição brasileira.

Proposta:

- Na medida em que há dificuldades, o Estado deve participar, contribuindo para que este direito seja assegurado, tanto no sentido educativo quanto no punitivo. É preciso transversalizar esta discussão com outras áreas – especialmente a Educação.

4. Como podemos nos articular para que o próximo censo a ser realizado pelo IBGE possa recolher dados que ajudem a mapear e conhecer melhor o campo das culturas populares, seus diversos agentes e relações ?



Proposta: que a SID se reúna com o IBGE para discutir a viabilidade desta ação. Havendo viabilidade, reunir-se com instituições públicas afins (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Fundação Palmares, FUNARTE, entre outras) para discutir que informações são necessárias, com vistas a novas políticas, ampliação de projetos e ações já existentes, justificativas de investimentos, entre outros.

DIFUSÃO

1. Como difundir as expressões das culturas populares através de mecanismos de comunicação próprios, meios de comunicação de massa e outras mídias?

Como garantir que os meios de comunicação públicos dêem espaço para as culturas populares?



Recomendação geral: Que todas as propostas estejam em sintonia com a luta pela regulamentação do artigo 221 da CF-88.

Propostas e Recomendações:

1. Capacitar jornalistas e produtores culturais para tratarem de temas das culturas populares, intercambiando experiências vitais;
2. Capacitar os protagonistas das expressões das culturas populares para o domínio das tecnologias relativas ao registro e divulgação de suas expressões, produção e manutenção de programas e veículos de comunicação – sobretudo os de natureza comunitária (redes, rádios, tvs, net etc.);
3. Incentivar as práticas e formas tradicionais de transmissão de conhecimento como base para a valorização e recriação dos saberes populares;
4. Recomendação: Reafirmar os modelos operacionais inerentes aos diferentes contextos em que as manifestações acontecem, considerando a diversidade de formas singulares que implicam processos diferenciados de produção e difusão das culturas tradicionais;
 - 4.1. Promover encontros de intercâmbio de experiências de registro de expressões das culturas populares em áudio, vídeo e outros formatos, objetivando redefinir e socializar parâmetros que contemplem o protagonismo e respeitem as formas próprias de manifestação de cada cultura;
 - 4.2. Garantir que as expressões das culturas populares, ao serem transformadas em produtos, não sejam descaracterizadas;
 - 4.3. Considerar nos Editais o protagonismo e o respeito às tradições;
5. Integrar a rede de expressões de culturas populares às centrais públicas

- de comunicação já existentes, como Pontos de Cultura, Casa Brasil, Rede Gesac, de forma a estimular o protagonismo e capacitar os agentes das culturas populares como produtores de sua própria comunicação;
- 5.1. Ampliar os pontos de cultura, assegurando as trocas de registro e memórias das redes locais, regionais e nacional, disponibilizando para a comunidade as diversas expressões das culturas populares;
 6. Incentivar a realização de encontros, seminários, palestras, debates, mostras, cursos, oficinas e festivais que promovam os saberes e fazeres das culturas populares (respeitando o interesse dos grupos);
 7. Fortalecer a difusão das próprias formas de expressão das culturas populares, garantindo-lhes os meios para sua reprodução;
 8. Conseguir financiamento para edição e publicação de material audiovisual, para conhecimento e apoio à publicação e divulgação;
 9. Ampliar a atuação das instituições educativas para as TVs abertas;
 - 9.1. Aproximar os grupos de culturas populares da discussão sobre direitos humanos na comunicação e buscar representatividade, participação etc;
 - 9.2. MINC, via SID, deve inserir-se no debate da TV digital;
 10. Que o Minc se disponha a funcionar como caso exemplar sobre a forma de preparar releases, materiais de divulgação (com intercâmbio das experiências):
 - 10.1. Preparar evento com casos exemplares para intercâmbio (como produzir mídias, como partilhar a informação, escutas culturais etc.) – inserir isso no programa do II Seminário;
 - 10.2. Garantir no II Seminário estrutura para os meios de comunicação comunitários (cabine para rádio, espaços para sede de entrevistas, computadores com TV a cabo etc.);
 - 10.3. Criar banco de dados, guia, cartilha de recomendações com as informações sistematizadas (e recomendações sobre fontes);
 11. Estimular a produção e veiculação de programas independentes junto à rede de rádios e TVs públicas.



2. Como inserir as culturas populares nas escolas municipais, estaduais e universidades? Como inserir as escolas públicas e a universidade nas culturas populares?



Propostas e Recomendações:

1. Integração da rede dos Pontos de Cultura com as escolas estaduais e municipais da localidade;
2. Minc fazer programa de formação continuada para professores que queiram trabalhar com a temática das culturas populares e que levem em consideração a educação dos sentidos e as culturas tradicionais;
3. Inserir informações sobre as culturas populares nos cursos de formação de professores e outras áreas afins;
4. SID repensar o edital das culturas populares que inclua o fomento a projetos voltados para a valorização das expressões das culturas orais direcionadas às escolas (produção de CDs, vídeos, festivais, encontros que valorizem as expressões e seus mestres, revitalização dos rituais, festas, folguedos etc);
5. Fazer mapeamento das culturas populares com informações e experiências para subsidiar a formação pedagógica;
6. Produzir e publicar um guia das culturas populares contendo conceitos e informações acessíveis, referentes às principais expressões das culturas populares existentes nas diversas regiões do Brasil;
7. Minc deveria influir nos critérios de seleção dos materiais didáticos do MEC e com participação de representantes das culturas populares nas instâncias de decisão relacionadas a essa política;
8. Minc propor ao MEC-FNDE a expansão do conceito de material didático, incluindo a produção de vídeos, CDs e outros formatos que viabilizem o acesso das escolas às tradições orais;
9. Criar formas orgânicas de interação entre os contextos da cultura escrita e de tradição oral;
10. Colocar no site do SID uma sessão para professores interessados em

- trabalhar com o conteúdo das culturas populares (com referências de materiais diversos e experiências);
11. Minc propor ao MEC a revisão dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), colocando no mesmo nível de importância educativa os conteúdos das culturas populares não formais às demais formas, saberes, práticas e instrumentos educacionais das escolas;
 12. Incluir no calendário do Minc, com parcerias, festivais das culturas populares para serem apresentados em universidades, escolas, comunidades etc., de forma não competitiva;
 13. Minc organizar e difundir (inclusive *site*) um calendário das atividades, festivais, festividades etc. das culturas populares de forma compartilhada;
 14. Minc propor ao MEC a convivência de alunos e professores com mestres das culturas populares, como parte do conteúdo programático;
 15. Minc propor ao MEC incentivar a produção de materiais educativos (em formatos diversos), que auxiliem os educadores a tratar e lidar com as questões das culturas populares;
 16. Minc propor ao MEC que abra os espaços públicos escolares para as manifestações das culturas populares e incentivar a comunidade a se apropriar dos espaços;
 17. Criação de um grupo de trabalho interministerial (MEC, Ambiente e outros), que possa encaminhar todas as propostas do *I Seminário* e da presente oficina – com este documento;
 18. MINC recomendar ao MEC a inclusão na formação escolar e profissional das escolas de educação fundamental, média e técnicas do ensino das tecnologias populares tradicionais e o reconhecimento dos mestres como portadores e reprodutores desse saber;
 19. Inserir participantes do MEC no *II Seminário* para debater os PCN sob a ótica das culturas populares;
 20. Incluir no *II Seminário* a discussão sobre alterações-desvirtuamentos das nas cantigas de roda e as abordagens religiosas no conteúdo pedagógico das escolas;
 21. SID elaborar um documento com propostas para o MEC;

3. Como ampliar os espaços de difusão (apresentações, exposições, oficinas...) junto aos órgãos públicos ou centros culturais da iniciativa privada?



Propostas e Recomendações:

1. Criação de editais e programas de apoio à montagem e itinerância de espetáculos, grupos, indivíduos, exposições e apresentações públicas;
2. Apoio para manutenção de instituições de memória, acervos e coleções. Incentivo para que estes acervos possam atingir um público maior;
3. Minc fazer articulação-reunião com as instituições que trabalham com difusão cultural (Sesc, Itaú Cultural etc.) para apresentar o I e II *Seminários*, sintonizar as diretrizes de trabalho com as culturas populares e desenvolver uma cultura das culturas populares;

4. Como garantir os direitos de propriedade intelectual coletiva?



Propostas e Recomendações:

1. Minc solicitar nos editais que as comunidades façam um contrato entre as diversas partes que assegurem a detenção dos direitos autorais coletivos e do fonograma para a comunidade. Incluir nos editais cláusula destinando 100% do retorno do resultado dos produtos à comunidade detentora dos conhecimentos;
2. Minc criar um grupo de trabalho sobre direitos autorais coletivos, imediatamente, e disponibilizar os materiais permanentemente;
- 2.1. discutir o conceito de direito autoral sob a perspectiva dos processos de oralidades, compreendendo: autoria das culturas populares, domínio público, tradição oral e propriedades coletivas, relação do direito sobre a obra e seus produtos de qualquer natureza;
3. Incluir na agenda do II *Seminário* uma mesa com experiências paradigmáticas de direitos autorais coletivos. Incluir também nessa mesa a dis-

cussão sobre a Convenção da Unesco para definir maneiras de viabilizar os resultados da Convenção em relação a conhecimentos tradicionais e direitos coletivos. Em cima das discussões dessa mesa, Minc deve organizar uma publicação (manual com indicações para as comunidades) – com projetos de lei, experiências e orientações – e um modelo de contrato, encaminhando o que já pode ser feito e avançando na construção de uma minuta de lei própria para as culturas populares.

- 3.1. Minc deve assessorar e capacitar as comunidades que desejem instituir entidades associativas que as representem juridicamente na defesa dos direitos autorais.
4. Minc deve recomendar aos produtores de fonogramas (ex: gravadoras, instituições privadas e públicas, pessoas físicas etc.) que garantam o direito autoral coletivo e o acesso permanente desse fonograma às comunidades para fins de reprodução.



ANEXO



Carta das Culturas Populares

Nós, cidadãos brasileiros, reunidos no *Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*, realizado pelo Ministério da Cultura, de 23 a 26 de fevereiro de 2005, em Brasília – Distrito Federal, todos e todas signatários desta carta, com base no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que determina que:

“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

E no parágrafo primeiro especifica que:

“O Estado protegerá as manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”

E, considerando ainda:

- A importância do reconhecimento da dimensão cultural para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade democrática;
- A necessidade de políticas públicas de apoio e fomento às atividades artísticas e culturais, compreendidas como culturas populares, fundamentais para as identidades brasileiras em sua diversidade cultural e étnica;
- Que o reconhecimento da diversidade, das especificidades e do valor artístico e cultural das manifestações populares, pelas instituições públicas e privadas, é parte fundamental do processo de inclusão social e econômica e do desenvolvimento humano;
- A importância de identificar, registrar e difundir as expressões das culturas populares, respeitando suas singularidades e modos próprios de reprodução;

- Que a inclusão social dos grupos detentores das culturas populares requer a integração entre políticas públicas e culturais, sócio-econômicas, ambientais e educacionais, nos âmbitos local e nacional;
- A necessidade de mecanismos que garantam e zelem pelos direitos coletivos relativos aos saberes e modos de fazer das culturas populares.

Propomos como diretrizes prioritárias para as ações governamentais:

- Criar fundos de incentivos públicos de apoio às culturas populares;
- Mapear, registrar e documentar as manifestações das culturas populares;
- Estabelecer instâncias de diálogo entre o Estado e a sociedade civil para a formulação e deliberação de políticas culturais;
- Criar mecanismos que favoreçam a inclusão das culturas populares nos processos educativos formais e informais;
- Criar marcos legais de proteção aos conhecimentos tradicionais e aos direitos coletivos;
- Democratizar a distribuição de recursos nas várias regiões do Brasil;
- Facilitar o acesso e desburocratizar os instrumentos de financiamento de modo a democratizá-los aos segmentos populares.

Brasília, 26 de fevereiro de 2005





Créditos da Oficina

Sesc Rio de Janeiro RJ

Diretor Regional

Doutor Dionino Cortelazzi

Gerente Sesc Copacabana

Elaine Cristina Santos

Equipe de trabalho SID/MinC

Sérgio Mamberti

Ricardo Lima

Américo Córdula

Gê Vítor

Elizabeth Cavalcante

Ivonete Dares

Vivian Quixaba

Mônica Pimentel

Karina Oliveira

Elisângela Souza

Luciano Dias

Carlos Rocha

Kelmiton Nava

Metodologia e Relatoria

Instituto Pólis

Eduardo Rombauer

Gabriela Lotta

Hamilton Faria

Sergio Sampaio





FOMENTO, DIFUSÃO
E REPRESENTAÇÃO
DAS CULTURAS
POPULARES

OFICINA DE ESCUTA
RIO DE JANEIRO
27 A 29 DE MARÇO
DE 2006

